

cadernos

IHU

ano 10
nº 38
2012

Sacralização da natureza

Henrique Luiz Roessler e as ideias
protecionistas no Brasil (1930-1960)

Elenita Malta Pereira

Os **Cadernos IHU** divulgam pesquisas, produzidas por professores/pesquisadores e por alunos de pós-graduação, e trabalhos de conclusão de alunos de graduação, nas áreas de concentração ética, trabalho e teologia pública. A periodicidade é bimensal

Sacralização da natureza

Henrique Luiz Roessler e as ideias
protecionistas no Brasil (1930-1960)

Elenita Malta Pereira

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS

Reitor

Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

Vice-reitor

José Ivo Follmann, SJ

Instituto Humanitas Unisinos

Diretor

Inácio Neutzling

Gerente administrativo

Jacinto Aloisio Schneider

Cadernos IHU

Ano 10 – Nº 38 – 2012

ISSN: 1806-003X

Editor

Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

Conselho editorial

Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta – Unisinos

Prof. MS Gilberto Antônio Faggion – Unisinos

Dra. Susana Rocca – Unisinos

Profa. Dra. Vera Regina Schmitz – Unisinos

Conselho científico

Prof. Dr. Agemir Bavaresco – PUCRS – Doutor em Filosofia

Profa. Dra. Aitziber Mugarra – Universidade de Deusto-Espanha – Doutora em Ciências Econômicas e Empresariais

Prof. Dr. André Filipe Z. de Azevedo – Unisinos – Doutor em Economia

Prof. Dr. Castor M. M. B. Ruiz – Unisinos – Doutor em Filosofia

Dr. Daniel Navas Vega – Centro Internacional de Formação-OIT-Itália – Doutor em Ciências Políticas

Prof. Dr. Edison Gastaldo – Unisinos – Pós-Doutor em Multimeios

Profa. Dra. Élide Hennington – Fundação Oswaldo Cruz – Doutora em Saúde Coletiva

Prof. Dr. Jaime José Zitkosky – UFRGS – Doutor em Educação

Prof. Dr. José Ivo Follmann – Unisinos – Doutor em Sociologia

Prof. Dr. José Luiz Braga – Unisinos – Doutor em Ciências da Informação e da Comunicação

Prof. Dr. Juremir Machado da Silva – PUCRS – Doutor em Sociologia

Prof. Dr. Werner Altmann – Unisinos – Doutor em História Econômica

Responsável técnico

Marcelo Leandro dos Santos

Revisão

Isaque Gomes Correa

Editoração eletrônica

Rafael Tarcísio Forneck

Impressão

Impressos Portão

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Instituto Humanitas Unisinos – IHU

Av. Unisinos, 950, 93022-000 São Leopoldo RS Brasil

Tel.: 51.3590-8223 – Fax: 51.3590-8467

www.ihu.unisinos.br

Sumário

<i>1 Introdução</i>	4
<i>2 Visões sobre Alemanha e natureza</i>	7
2.1 “Um romântico incorrigível”	8
2.2 Hermann Löns, um poeta protetor da natureza	12
<i>3. Ideias e percepções sobre a natureza no início do século XX</i>	14
3.1 Proteção à natureza no Rio Grande do Sul	14
3.2 Proteção à natureza no Brasil.....	22
3.2.1 Embasamento teórico para defender os animais e o reflorestamento	24
3.2.2 “Autorizadas vozes” sobre a problemática ambiental.....	26
<i>4 A proteção à natureza como uma missão</i>	34
<i>5 Sacralização da natureza e nacionalismo</i>	39
<i>6 Conclusões</i>	44
<i>Referências</i>	46

1 Introdução

No dia 1º de janeiro de 1955, Henrique Luiz Roessler (1896-1963) fundou, em São Leopoldo-RS, a União Protetora da Natureza – UPN, primeira entidade não governamental dedicada à defesa dos elementos naturais em sentido amplo do Rio Grande do Sul¹. Entrevistado pelo jornal *A Hora*, Roessler mencionou que um dos lemas da UPN era “aprimorar a educação das massas, principalmente da juventude, por meio de propaganda escrita e falada, no sentido de inculcar-lhe e desenvolver-lhe sentimentos de amor, caridade e respeito ao que é útil e belo na natureza criada por Deus e fonte eterna de progresso, saúde e felicidade humana”². Primeiro e único presidente da entidade, Roessler já era um personagem bastante conhecido no Vale do Rio dos Sinos e em todo o estado.

Responsável pela contabilidade de diversas empresas em São Leopoldo e Capataz do Rio dos Sinos (Ministério da Marinha), Roessler ofereceu-se, em 1939, para ocupar o cargo de delegado do Serviço Florestal, uma das funções da Polícia Florestal prevista no primeiro Código Florestal Brasileiro (BRASIL, Decreto-Lei 23.793, 23/01/1934). Em 1944, foi nomeado também Fiscal de Caça e Pesca³; ambos os cargos eram não remunerados e subordinados ao Ministério da Agricultura, a pasta responsável pela proteção aos elementos naturais na época.

No cumprimento rigoroso da fiscalização, Roessler realizou inúmeras diligências em todas as regiões do estado, vistoriando derrubadas e iniciativas de reflorestamento, bem como autuando e multando infratores dos códigos florestal da caça e da pesca. Essa função que ele próprio chamou de “antipática” atraiu tanto admiradores entusiastas como ferrenhos inimigos. Entre os primeiros, podemos citar alguns políticos, policiais civis, militares, professores, comerciantes de diversas cidades, em especial do Vale do Rio dos Sinos; já o segundo grupo, tratava-se de políticos e caçadores que moravam na região nordeste do estado principalmente. Em municípios como Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Flores da Cunha, entre outros que receberam grupos étnicos italianos, Roessler foi protagonista de sérios conflitos, ao combater duramente a prática da “passarinhada”.

Dispensado dos cargos de delegado florestal e de fiscal de caça e pesca em 1954, porque o novo estatuto dos funcionários públicos não permitia serviços não remunerados (BRASIL, Lei n. 1.711, de 28-10-1952), Roessler resolveu mudar de tática e fundar a UPN. Também em 1955, conseguiu reaver a credencial para continuar fiscalizando a caça e a pesca, dessa vez pela Secretaria de Agricultura do Estado, função que exerceu até a morte, ocorrida em 1963.

¹ Os documentos (fontes primárias) em que a pesquisa se baseou estão citados, neste artigo, em notas de rodapé e foram consultados nos seguintes arquivos: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS – Porto Alegre-RS); Arquivo Privado de Henrique Roessler (APHR – São Leopoldo-RS); Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (BPUCRS – Porto Alegre-RS); Biblioteca do Ministério da Agricultura (BINAGRI – Brasília-DF); Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB – São Leopoldo-RS); Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul (ML-RS – Porto Alegre-RS); Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa (MCSHJC – Porto Alegre-RS); Museu Visconde de São Leopoldo (MVSL – São Leopoldo-RS).

² A HORA. Voluntários do amor à natureza vão proteger nossa fauna e nossa flora. Porto Alegre, 06-03-1955 (MCSHJC).

³ MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Portaria Ministerial nº 718. 22-11-1944 (BINAGRI). O Serviço de Caça e Pesca de Porto Alegre estava vinculado à Divisão Nacional de Caça e Pesca, órgão subordinado ao Ministério da Agricultura.

Em fevereiro de 1957, passou a publicar semanalmente uma coluna no jornal *Correio do Povo*⁴, onde escreveu cerca de 300 crônicas sobre os principais problemas ambientais dos anos 1950 e 1960, entre eles a questão florestal (derrubadas, queimadas, reflorestamento), a caça ilegal (com destaque à caça de passarinhos), a pesca predatória, a poluição dos rios, a defesa dos animais (seus direitos, as crueldades praticadas por humanos, a moda dos casacos de peles e adereços com penas de pássaros, a vivissecção), a importância da educação para que as crianças se tornassem adultos conscientes da necessidade de proteger a natureza, o questionamento da noção de progresso e a expectativa de futuro para a humanidade. O conjunto de ações em prol da natureza fez com que Roessler conseguisse certa projeção em seu contexto e, após seu falecimento, levou a uma construção em torno de sua figura como “pioneiro da ecologia” no Rio Grande do Sul e no Brasil, por indivíduos e entidades ecologistas, no *boom* da ecologia a partir dos anos 1970.

Essa trajetória pela proteção à natureza e a construção sobre suas memórias foram alvo de minha dissertação de mestrado, uma biografia histórica de Roessler, defendida no Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS. No presente texto, baseado em um capítulo da dissertação, meu enfoque é compreender a ideia de natureza concebida por ele, através da análise de uma seleção das crônicas que publicou no jornal *Correio do Povo*. Além disso, por meio de indicações do próprio Roessler, perseguiremos alguns dos discursos sobre proteção à natureza correntes na época, que certamente o influenciaram. Esse exame será orientado a partir de referenciais teóricos da história das ideias e da história ambiental. Pretendo vislumbrar o quanto nosso personagem partilhava do que estava sendo dito sobre o assunto no Brasil e no Rio Grande do Sul na primei-

ra metade do século XX. Espero, assim, compreender melhor como se situava seu discurso no campo de possibilidades em que desenvolveu seu projeto de proteção à natureza⁵.

Pocock e Skinner são considerados expoentes do “contextualismo linguístico”, surgido em Cambridge, na década de 1960. Os dois autores se esforçaram para traçar um arcabouço teórico-metodológico para a história das ideias baseado na análise de textos, tendo como objetivo encontrar as “intenções do autor”. Para Skinner (2000, p. 187), o texto é mesmo um “acto deliberado de comunicación” e a questão central que se enfrenta ao estudar qualquer texto é o “qué podría haber pretendido comunicar su autor en la práctica”, e que o objetivo essencial “en cualquier intento de comprender los enunciados mismos, debe consistir en recuperar esa intención compleja del autor” (SKINNER, 2000, p. 188). Procurar “problemas perenes” e “histórias universais” é fazer uso de uma sistemática ingênua, pois Skinner não crê em ideias universais; qualquer enunciado tem uma intenção particular, numa oportunidade singular, tentando resolver um problema particular, jamais universal.

Pocock, em *Linguagens do ideário político*, também faz um esforço de sistematização teórico-metodológica, na introdução, que ele chama de “O estado da Arte”. O autor faz questionamentos profundos: “será que as intenções não existem somente à medida que são concretizadas na escrita e publicação do texto?” e, até mesmo, se as intenções podem existir “independentemente da linguagem em que o texto será construído?” (POCOCK, 2003, p. 27). Outra pergunta possível: o autor sabia o que estava fazendo? Acredito que essas questões são interessantes e aplicáveis a meu objeto de estudo, os textos escritos por Roessler. Como autor, ele parecia muito seguro do que *estava fazendo*, deixando isso bem

⁴ Os textos de Roessler saíam, inicialmente, na seção intitulada Assuntos Rurais, no corpo do jornal, às sextas-feiras. A partir de 06-09-1958, com a criação do suplemento *Correio do Povo Rural – CPR*, seus textos passaram a ser publicados no encarte, que circulou até 15-09-1984.

⁵ Gilberto Velho (1998, p. 40) entende, a partir de Schutz, que projeto “é a conduta organizada para atingir finalidades específicas”. Para que essa proposta não seja acusada de racionalista, ele a alia à “noção de *campo de possibilidades*, como dimensão socio-cultural, espaço para formulação e implementação de projetos”.

claro, inclusive, em muitas passagens. Não almejo encontrar “ideias perenes” e também não tenho a pretensão de desvendar de forma definitiva as intenções de Roessler como autor. Quero verificar em que medida o discurso dele inovava e/ou estava intrincado em outros discursos já existentes na época.

Esses referenciais da história das ideias podem articular-se, a meu ver, com uma das linhas de pesquisa possíveis da história ambiental, que é o estudo de “percepções, valores éticos, leis, mitos e outras estruturas de significação [que] se tornam parte do diálogo de um indivíduo ou de um grupo com a natureza” (WORSTER, 1991, p. 202). Trata-se de uma história da interação homem/natureza, manifesta através de discursos, ideias e percepções sobre a segunda, elaborada pelas pessoas ao longo do tempo. Aqui realizo

um exercício de análise desses discursos e ideias no Rio Grande do Sul e no Brasil, articulando as perspectivas da história das ideias e história ambiental, na tentativa de compreender como Roessler se posicionou no debate. Em que pontos seu discurso convergiu com outros, publicados em seu contexto? Sob que aspectos inovou? Como ele se inseriu nessas discussões? No entanto, essa não é uma tarefa fácil; espero chegar, pelo menos, perto de um panorama do que se pensava sobre proteção na época, para compreender as ideias de nosso personagem, especialmente sua ideia de natureza.

Quero agradecer ao CNPq, pela bolsa de mestrado; à minha orientadora, Regina Weber; aos funcionários de todos os arquivos pesquisados; aos meus pais; ao meu querido filho Gabriel; ao Marcelo Degrazia, pelo amor de cada dia.

2 Visões sobre Alemanha e natureza

Como Roessler era descendente de imigrantes alemães, dono de uma estante de livros em alemão, que ocupava uma parede inteira de sua sala (segundo as netas Maria Luiza e Marli)⁶, e vivia em uma região colonizada por grupos étnicos germânicos, é interessante voltarmos um breve olhar sobre algumas construções elaboradas a respeito da relação homem/natureza na Alemanha, na Antiguidade e durante a efervescência do romantismo alemão, corrente de ideias que gestou percepções sobre a natureza. Além disso, em diversos trechos de suas crônicas é possível vislumbrar uma visão idealizada, romântica, dos elementos naturais.

O território que hoje chamamos de Alemanha, na Antiguidade, possuía uma extensa floresta mista, composta de, entre outras espécies, abetos, álamos, pinheiros, bordos tílias, castanheiras, plátanos e carvalhos. Segundo Rambo (2004, p. 32), “à sombra dos carvalhos, reuniam-se os guerreiros germânicos para reafirmarem perante si mesmos, perante seus companheiros, perante o seu povo e, principalmente, perante Thor, o deus da guerra, o compromisso, o juramento de fidelidade às divindades, ao povo, à tradição, às raízes, com todos os seus valores”. Em *Germânia, ou sobre a origem e situação dos germanos*, escrita por volta de 98 d.C., o historiador romano Cornélio Tácito reconheceu com pesar que, mesmo após 210 anos de tentativas das legiões romanas para conquistar os germanos, estes não se deixavam dominar. Para Simon Schama (1996, p. 86), o motivo para tanta obstinação ou resistência dos germanos era que “ao contrário dos contemporâneos de Tácito na Roma imperial, eles conseguiram

preservar sua condição essencial de filhos da natureza”. O historiador romano, num misto de admiração e repugnância, descrevia os germanos como habitantes de pântanos e florestas, que possuíam “uma nobreza natural, resultante de sua instintiva diferença aos vícios que corromperam Roma (luxúria, dissimulação, posses, sensualidade, escravidão)” e, ao mesmo tempo, como seres primitivos e ferozes, ou seja, “incivilizados” (SCHAMA, 1996, p. 86-87).

Além de local para as reuniões de guerreiros e assembleias das comunidades, as florestas germânicas eram palco de cultos, em que se veneravam “as divindades personificadas em fenômenos ou entes naturais, como o sol, a lua, a mãe terra... A religião dos antigos germanos foi profundamente enraizada na natureza”. Eram objeto de veneração “a terra, a água, o fogo, o sol, a lua, o dia, as estações do ano, a tempestade, a tormenta, a germinação, a fertilidade, o explodir da brotação e o fenecer da vegetação” (RAMBO, 2004, p. 34). Esse caráter sagrado dos bosques contribuía para sua preservação e para que os germanos se percebessem parte da floresta, formando com ela um todo indivisível. No entanto, talvez isso tenha ocorrido “mais por intuição natural [do] que por meticulosa ponderação” (SCHAMA, 1996, p. 94).

No Renascimento, o poeta, erudito e orador Conrad Celtis foi responsável por reavivar a Germânia – essa Alemanha original – no imaginário alemão. Na virada dos séculos XV-XVI Celtis enalteceu as virtudes das matas alemãs, sobretudo o que restou da *Urwald* (Floresta Hercínia)⁷. Porém, nessa época, “a floresta germânica em grande parte já estava desaparecendo rapidamente

⁶ Segundo Maria Luiza, Milton Roessler (filho de Henrique) ficou com medo de que houvesse algum incêndio na casa e doou livros e materiais da UPN para muitas pessoas, inclusive entidades fundadas nos anos posteriores à morte do nosso personagem. ROESSLER, Maria Luiza. Entrevista à autora. São Leopoldo, 07-06-2008.

⁷ Segundo Gabriela Rigotti (2006, p. 38), “a Floresta Hercínia, ou *Urwald*, é a terra natal do povo alemão. Seu território – que compreendia o que hoje é quase toda a Alemanha – era o *habitat* das tribos germânicas Antigas”.

te sob os golpes dos machados” (SCHAMA, 1996, p. 105).

Nos séculos XVIII e XIX, com Herder, Goethe, Riehl⁸, entre outros autores românticos, continua a gestação de uma nação nobre, enraizada na floresta, forjada numa relação simbiótica com a natureza, imagem que mais tarde, infelizmente, seria cooptada pelo nazismo. Entretanto, os esforços para a construção dessa “Alemanha verde” não impediram a devastação das florestas germânicas, assim como da floresta tropical (Mata Atlântica) nos lotes ocupados no Brasil, a partir de 1824, por diversos grupos étnicos alemães. Segundo Bublitz (2010, p. 181), “quilômetros e quilômetros de mata desapareceram sob a lâmina afiada do ‘machado civilizador’ do imigrante e seus descendentes. Derrubadas e queimadas foram a tônica da conquista, incentivada e comemorada pelo estado”⁹.

No entanto, a mão que derrubou foi também a que empreendeu projetos de reflorestamento no Rio Grande do Sul, ainda no final do século XIX. Arthur Rambo (1994) cita exemplos de indivíduos e associações com fins preservacionistas em núcleos coloniais alemães. Segundo Rambo (1994, p. 74), nos anos noventa do século XIX, foi fundada em Bom Jardim, hoje Ivoti, a primeira Associação de Proteção à Mata, *Waldschutzverein*, pelo Pe. Pedro Gasper e por Edmund Grohmann, um morador local. Para incentivar o plantio de árvores na colônia, a associação promoveu uma série de “dias da mata”, nos quais os fundadores tentavam convencer os vizinhos da necessidade de reflorestamento. Rambo menciona também a conferência do Pe. Max von Lassberg na assembleia da Associação Rio-grandense de Agricultores, em 1909, em que

o religioso apelou aos colonos para que preservassem a madeira de seus lotes ou que a reflorestassem “para garantir a qualidade de vida da coletividade” (RAMBO, 1994, p. 76). Outra entidade que tratou do tema, já nos anos 1920-1930, foi a Sociedade União Popular, através de sua revista *Paulusblatt*, onde foram publicados artigos sobre a preocupação com as florestas nativas e “a consciência de que era preciso reflorestar” (RAMBO, 1994, p. 82).

Essas associações tiveram papel relevante na divulgação da importância do reflorestamento entre os colonos alemães. No entanto, convém diferenciá-las da entidade criada por Roessler. Enquanto as primeiras atendiam demandas locais e trataram um tema específico, a questão florestal, a UPN teve alcance estadual (e até certa projeção fora do estado) através de uma série de campanhas educativas pela proteção de todos os elementos naturais, defendendo-os pelo seu valor intrínseco.

2.1 “Um romântico incorrigível”

Para o jornalista Vinícius Bossle, que se encontrou com Roessler inúmeras vezes, ele “era um romântico, um romântico incorrigível”¹⁰. Também Germano Moehlecke considera que “o Henrique Luiz era um homem idealista... a natureza era uma espécie de ideal dele... quem apreciava esse ideal era a Lisa, a nora. A gente conversava na loja [casa Barreto, onde Moehlecke e Anelise foram colegas de trabalho] e, pelo jeito que ela falava, e até o jeito dela ‘tem que fazer tal coisa’”¹¹.

Diversas crônicas escritas por Roessler contêm passagens em que é possível perceber uma idealização dos elementos naturais. Por exemplo,

⁸ Wilhelm Heinrich Riehl, em sua obra *A história natural do povo alemão*, de 1851, gabava-se de que a Alemanha preservava grandes áreas de floresta que, em outros países, foram devastadas a golpes de machado; ele sabia que tal milagre constituía o resultado direto do relativo atraso econômico e social de sua pátria. Era uma sorte que não haveria de durar; o que restava das florestas alemãs corria o perigo de ser consumida nos fornos da incipiente industrialização do país (SCHAMA, 1996, p. 123-24).

⁹ Bublitz (2010, p. 105) aponta, a partir de Dunlap, que, nas novas colônias, os imigrantes tentavam refazer a terra natal, ou tornar a terra familiar, plantando, em meio à vegetação tropical, espécies europeias: *reconstruir o solo pátrio implicava destruir para recriar*.

¹⁰ BOSSLE, Vinícius. Entrevista à autora. Lomba Grande, 17-11-2010.

¹¹ MOEHLECKE, Germano. Entrevista à autora. São Leopoldo, 24-08-2010.

chamava os cavalos de “inocentes quadrúpedes”¹²; criticava a falta de árvores para abrigo do gado em diversas propriedades, argumentando que a vista dos animais “em estoica resignação, se apartando trementes e bamboleantes, para se aquecer mutuamente, suportando com os dorsos curvados o gélido chuveiro do minuano, desprendendo os seus corpos martirizados neblina de vapor d’água” oferecia ao espectador “uma triste miragem”¹³. Para Roessler, a ideia de defender a natureza se baseava “no sentimento de compaixão, da justiça e da gratidão para com os animais e as árvores, visa elevar a humanidade moral e economicamente e tem fundamentação jurídica, religiosa e ética”¹⁴. Creio que, além de ser um homem de ação, ele tinha uma visão romântica, idealizada da natureza.

Segundo Pádua (2005, p. 62), um dos aspectos centrais do movimento romântico dos séculos XVIII e XIX “foi justamente a valorização do mundo natural, seja em termos estéticos, espirituais ou éticos”. No entanto, o autor faz a ressalva de que os modos de valorização da natureza no romantismo não foram homogêneos, uniformes. Houve momentos em que os escritores românticos exaltaram a natureza em seus aspectos rurais e agrícolas; em outros louvaram as paisagens de jardins e, ainda, em períodos diversos, valorizaram os aspectos selvagens da natureza.

Desde o final da Antiguidade houve a tendência para personificar a natureza com a Ártemis éfesa e a Ísis egípcia; do século XVI ao XIX, esta-

va-se perfeitamente consciente da confusão entre as duas deusas (HADOT, 2006, p. 258). A estátua da deusa Ísis, dada sua identificação com Ártemis, era representada com um véu. Desde o século XVI diversos autores se referiram ao véu da natureza, alguns deles interpretando o véu de Ísis como símbolo dos segredos da natureza (HADOT, 2006, p. 260). A partir do XVIII, as associações entre o véu da deusa e a natureza foram se tornando mais explícitas¹⁵.

Já a doutrina judaico-cristã considerava que a natureza teria sido criada por Deus (ATTFIELD, 2005). Thomas (1988, p. 206) afirma que, a partir de fins do século XVII, na Europa, com o surgimento de “novas sensibilidades”, as pessoas começaram a aceitar que “todos os membros da criação divina tivessem direito a serem usados com respeito”. No final do século XVIII, “o apreço pela natureza, e particularmente pela natureza selvagem, se converteria numa espécie de ato religioso. A natureza não era só bela; era moralmente benéfica” (THOMAS, 1988, p. 309).

O romantismo alemão foi influenciado tanto por concepções mitológicas – como a de Ísis-Ártemis – quanto pela religiosidade cristã. As “raízes” do romantismo estão nos séculos XVII-XVIII, especialmente no *Sturm und Drang*¹⁶, e, apesar de ser representado como um movimento contra o Iluminismo, não teria sido o mesmo sem o Iluminismo, em parte brotou deste e “não constituiu um simples regresso ao mundo que o Iluminismo deixou para trás” (BAUMER,

¹² ROESSLER, Henrique. Animais soltos nas vias públicas. *Correio do Povo Rural*, 22-10-1961 (AHRS).

¹³ ROESSLER, Henrique. Capões para abrigo do gado. *Correio do Povo Rural*, Data (AHRS).

¹⁴ ROESSLER, Henrique. Aulas sobre defesa da fauna na Escola Normal. *Correio do Povo Rural*, 07-09-1962 (AHRS).

¹⁵ Segundo Hadot, na *Iconologia* do escultor francês Jean-Baptiste Boudard (1710-1778), de 1759, pela primeira vez se definiu o emblema representando a natureza: “A Natureza, sendo a reunião e perpetuação de todos os seres criados, é representada por uma mulher jovem cuja parte inferior está presa numa bainha ornada por diferentes espécies de animais terrestres e nos braços, que se acham estendidos, por diversas espécies de pássaros. Ela tem vários seios cheios de leite. Sua cabeça coberta por um véu significa, segundo a opinião dos egípcios, que os mais perfeitos segredos da Natureza são reservados ao Criador” (apud Hadot, 2006, p. 260).

¹⁶ Movimento literário alemão do final do século XVIII. O filósofo Herder (1744-1803), grande expoente do *Sturm und Drang* (Tempestade e Ímpeto), criticava o racionalismo iluminista e destacava o valor da experiência histórica de cada país. “Para Herder, cada ‘nação’, cada povo (*Volk*), constituía uma totalidade espiritual autônoma, isto é, uma comunidade, com uma etnicidade, uma história, uma cultura, uma crença, uma língua comuns (...). Ao contrário do que defenderam Voltaire e outros iluministas, cada época (como mais tarde Ranke repetiria) possuiria o seu valor próprio” (CATROGA, 2003, p. 96-96).

1970, p. 23). O romantismo na Alemanha foi influenciado também pela leitura de autores estrangeiros, especialmente de Rousseau.

Um aspecto interessante explorado pelo historiador alemão Joachim Radkau é que a idealização da natureza serviu como elemento reforçador do nacionalismo na Alemanha, que só seria unificada em 1871. O nacionalismo “*gave every member of a nation, beyond the small piece of land he could call his own, an enormous land as his imagined property and grounded participation in it on nature*”¹⁷. Pertencer à nação era como fazer parte de uma natureza coletiva: “*in this, nationalism, for all its idealistic pathos, did possess a sensual substructure, thus creating a unity between internal and external nature*”¹⁸ (RADKAU, 2009, p. 226-27). A unidade da natureza simbolizava a união do povo, necessária para construir a nação. No entanto, a natureza era ambígua, ou melhor, nas tentativas de unificar a natureza, havia “*a predominantly regional, not national, character*”¹⁹ (RADKAU, 2009, p. 230). A valorização e sacralização da natureza nacional, que inventavam “*all of Germany a great Garden*”²⁰, portanto, foram elementos importantes no processo de construção da identidade nacional alemã.

Outro ponto a ressaltar é que os séculos XVIII e XIX foram fecundos em descobertas científicas: a ciência começava a desvendar os mistérios, os segredos, ou seja, “os véus” da natureza. Nesse sentido, a sensibilidade romântica realizava “a aproximação entre ciência e estética na apreensão e representação da natureza numa visão totalizante e orgânica, que procura, como propõem Goethe e Humboldt, obter o conjunto ao inaugurar uma nova concepção de paisagem” (NAXARA, 2001, p. 436). Essa “sensibilidade romântica” fica

perceptível se observarmos quadros pintados no período, nos quais é possível inferir as concepções de natureza presentes no movimento. Como exemplo, podemos citar a obra do pintor Caspar David Friedrich (1774-1840), maior representante do romantismo alemão na pintura, que retrata a natureza de maneira grandiosa; em algumas telas, quando o homem aparece, tem estatura pequena comparada ao mundo natural, ou assume uma atitude contemplativa e de reverência religiosa diante do poder, da força e do caráter sagrado dos elementos naturais²¹.

Segundo Baumer (1970, p. 31), “é difícil, se não impossível, separar as ideias românticas de natureza e de Deus”. De certa forma, vários autores românticos encontraram Deus na Natureza. Revoltando-se contra a máquina de Newton,

procuravam fazer da natureza um lugar em que o homem pudesse, outra vez, viver e sentir-se perto de Deus e resolver assim o problema do dualismo que incomodara o homem pensante, desde o tempo de Descartes. O ímpeto desta nova maneira de pensar sobre a natureza veio, entre outros, de Rousseau, para quem a contemplação da natureza levava ao êxtase místico (como em *Os devaneios do caminhante solitário*, 1776-1778); Goethe, que, nos seus estudos morfológicos estava sempre a tentar descobrir os princípios originais e íntimos das coisas, o eterno no infinito (BAUMER, 1970, p. 34).

Goethe se referia à natureza com a expressão “segredo às claras”, ou “mistério às claras”, para enfatizar o contraste entre visibilidade e mistério. Fenômenos como as folhas, as vértebras, a luz, eram visíveis, estavam “às claras”. No entanto, na concepção de Goethe, “podemos dizer também que eles são um ‘mistério’ (...) somente quem sabe ver, quem prolonga a percepção sensível

¹⁷ “deu a cada membro de uma nação, além do pequeno pedaço de terra que ele podia chamar de seu, um terreno enorme, que era como sua propriedade imaginada, e fundamentou sua participação nela como parte da natureza”. Traduções do inglês realizadas por Sarah Dunn.

¹⁸ “nisto, o nacionalismo, com todo o seu pathos idealista, efetivamente possuía uma subestrutura sensual, portanto criando uma união entre a natureza interna e externa”.

¹⁹ “um caráter predominantemente regional, não nacional”.

²⁰ “toda a Alemanha um grande jardim”.

²¹ Seu quadro “Moonrise over the sea”, em que aparecem três pessoas contemplando o anoitecer sobre o mar, pode ser visualizado em: <http://www.nga.gov/exhibitions/2001/spirit/02_fs.htm>. Acesso em 10 de janeiro de 2011. Também “O viajante sobre o mar de névoa” está disponível em: <<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=31455>>. Acesso em 10 de janeiro de 2011.

pela intuição” consegue entrever suas origens²² (HADOT, 2006, p. 277).

Kant acreditava que a contemplação da natureza levava a experiências de sublime beleza, no entanto, “somente se fosse desinteressada e livre de toda a mácula de desejo ou preocupação com situações práticas” (BRENNAN, 2005, p. 155). Essas experiências nos tornariam conscientes de uma relação com o mundo, em sua parte mística, permitindo-nos, de certa forma, transcender o cotidiano, de modo que essa beleza poderia tornar-se o símbolo do bem.

Destaca-se aqui, em especial, o aspecto contemplativo e de comunhão “desinteressada” com a natureza, divulgado por Kant, Rousseau, pelo pintor Friedrich e outros autores românticos. Roessler compartilhava dessa ideia, lamentando que o homem moderno não tivesse “mais tempo para meditar; não tem mais tempo para procurar contato com a mãe natureza, que cura todos os males”²³. Ao parar, meditar, contemplar, o homem poderia ter uma experiência de reaproximação com a natureza e, por consequência, com Deus.

Bossle, em sua entrevista, relatou-me um fato inusitado: Roessler dizia que conversava com as plantas. Para o jornalista, que assumiu também uma atitude romântica em sua fala, Roessler teria “aprendido” com a natureza:

Na minha opinião, todo o crescimento dele, toda educação dele, o desenvolvimento mental dele ocorreu com a natureza. A natureza que ensinou ele. Como era um apaixonado desde criança pela natureza, então o manuseio, o contato, na troca com a natureza... Ele di-

zia pra mim “eu falo com as flores, eu falo com as árvores”, “eu falo com as flores”. Ele venciu a timidez dele conversando com pessoas amigas (...). A impressão que eu tenho é que ele aprendeu com a natureza, vendo os peixes, as árvores, os animais. A minha vontade era de estar uma vez no lugar dele pra ver essa observação tão meticulosa, que penetrou tanto na natureza. Era como se fosse um aluno da natureza, porque eu nunca vi ele citar um autor, nunca comentou²⁴.

Para Bossle, o contato com a natureza, a contemplação, a observação meticulosa é que teriam “formado” Roessler, e não a experiência intelectual. Na escola da natureza, os professores seriam os animais, as árvores, o rio. A alma de repórter de Bossle fez com que ele desejasse estar no lugar de Roessler, para ver com seu olhar, que supunha mais atento, aberto, meticoloso. De certa forma, era como se Roessler tivesse colocado em prática o que defenderam muitos autores românticos. Sua conexão com a natureza era tamanha, que, de alguma forma, acreditava poder comunicar-se com ela.

Creio que Roessler foi influenciado pela ideia de natureza difundida pelo romantismo alemão – basicamente, de que a natureza era criação divina, envolta em mistérios, cuja beleza devia ser contemplada pelo homem – entre outras correntes de pensamento, pelas leituras que deve ter feito de obras em alemão, do Colégio Nossa Senhora da Conceição – onde realizou estudos ginasiais entre 1910 e 1912²⁵ – e de sua biblioteca, onde essas concepções poderiam estar presentes. Ele se afirmava um idealista e amante da natureza – o paraíso perdido pela imprevidência humana (ROESSLER, 2005, p. 81-84).

²² O mistério às claras seria uma referência ao véu de Ísis: “identificada com Javé [o Deus bíblico], a Ísis-Natureza é rodeada pela mesma aura de mistério do último e devia inspirar terror, veneração e respeito” (HADOT, 2006, p.290).

²³ ROESSLER, H. Bicho estúpido e feroz. *Correio do Povo Rural*. Porto Alegre, 13-10-1961 (AHRs).

²⁴ BOSSLE. Op. cit.

²⁵ O Colégio Nossa Senhora da Conceição foi fundado por padres jesuítas em 1869. Segundo Ernesto Seidl (2008, p. 96), “no Colégio Conceição, em São Leopoldo, os jesuítas alemães já forneciam estudos para jovens não direcionados ao sacerdócio e iniciavam um trabalho de ensino cuja reputação teria seu auge no Colégio Anchieta, em Porto Alegre, a partir de 1907. Com um corpo docente ‘importado’ da Europa e qualificado tanto nas áreas ‘humanas’ quanto nas ‘naturais’, ‘disciplina rígida’ e resultados destacados nos exames de seleção ao ensino superior, a ‘educação jesuítica’ tornou-se marca de distinção para aqueles que haviam frequentado suas escolas, e isso não apenas quanto à educação formal, mas também em relação a um conjunto de atributos morais e de hábitos de vida, como uma ‘visão humanista’, ‘disciplina’, ‘higiene pessoal’, entre outros”.

2.2 Hermann Löns, um poeta protetor da natureza

Embora tenhamos poucas referências das leituras em alemão realizadas por Roessler, pelo menos foi possível encontrar um autor que certamente o influenciou, citado em “Tudo só frases?” (ROESSLER, 2005, p. 71-73). Nessa crônica, nosso personagem traduziu e transcreveu um artigo do escritor, poeta e jornalista Hermann Löns (1866-1914), retirado da revista alemã *Unser Wald*. O texto fora lido por Löns na Sociedade de Professores de Bremen, em 1911 e, para Roessler, mesmo passados 50 anos, ajustava-se “como uma luva às condições brasileiras atuais” (a crônica foi publicada no *Correio do Povo Rural* em 04-11-1960), tanto que ele “dribla” seus leitores, identificando a verdadeira autoria das palavras apenas no final.

De fato, os contextos de destruição da natureza deviam ser muito parecidos; o documento poderia ter sido mesmo escrito pelo próprio Roessler, tendo em vista a similaridade da situação e até mesmo das expressões utilizadas. Para Löns, escrevia-se muito sobre “proteção à natureza”, no entanto, as pessoas questionavam se havia mesmo uma proteção à natureza, ou se tudo não passava de “uma bonita formulação de palavras?” Ele não via nenhuma iniciativa digna de nota, mas sim “em toda a parte violação da natureza, destruição das florestas, massacre dos animais e peixes, mau trato da terra e água” (ROESSLER, 2005, p. 71). Na Alemanha daquele período ocorria um descaso semelhante ao do Brasil quanto aos seus elementos naturais. O poder público agia vagarosamente, colocando entraves burocráticos às iniciativas de proteção; havia um “Serviço (no papel) inativo dentro das Repartições”, no entanto, a “violação da natureza” continuava em marcha. A proteção à natureza, para Löns, era “miserável emergência; uma coisinha ridícula. A destruição, porém, não podemos negar organiza-

ção perfeita, ação de largueza. A destruição comanda, a proteção está a seu serviço” (ROESSLER, 2005, p. 72).

No final do discurso, o poeta fez uma espécie de convocação, a fim de modificar o estado de coisas:

Precisamos de punho livre, de palavra sem reбуços para avançar resolutamente, sem considerações, para que os culpados percam a ousadia de nos enfrentar. Belíssimas orações e pomposas frases nada nos adiantam. Queremos ver ações, agarrar os resultados com as mãos (...). Precisamos, por isso, de um perfeito, suficientemente equipado, poderoso serviço de proteção. Chega de frases podres. Venham, pois, todos os patriotas amantes da Natureza, preocupados com o futuro da nossa Pátria, formar nossas fileiras (ROESSLER, 2005, p. 73).

Roessler também se queixou, inúmeras vezes, da precariedade da estrutura do Serviço Florestal no Brasil, que mais incentivava do que coibia a destruição. Assim como Löns, ele também clamava a ação em seus textos e apresentações orais. Na crônica “Socorro, amigos da natureza”, ao noticiar que a UPN recebera o título de utilidade pública, aproveitava a credencial “para convidar outras pessoas simpatizantes da causa, a compartilhar neste ideal de defender os animais e as árvores com o coração, a cabeça e, em caso extremo, até com os punhos”²⁶.

Löns foi um escritor engajado, num período em que seu país passava por fortes transformações. A saída literária de Löns foi parte de uma reação intensa de encontro à crueldade da industrialização invasora, da vida de cidade grande e do materialismo cultural e econômico (WOLFF, 2002, p. 143). A conexão profunda com sua pátria, seu povo e sua beleza natural fez com que o escritor²⁷ se tornasse um conservacionista e defensor da reserva de áreas naturais. Löns se envolveu na criação de parques naturais em seu país, como, por exemplo, o “Harzer Heimatpark” e a área que cerca a montanha “Wilseder”,

²⁶ ROESSLER, H. Socorro, amigos da natureza. *Correio do Povo Rural*. Porto Alegre, 22-02-1963 (AHRS).

²⁷ Além de poemas e romances, Löns escreveu numerosos artigos para periódicos alemães expondo suas visões holísticas no conceito de “*Heimatschutz*”. Além da reserva de habitats naturais, o conceito diz respeito à preservação da cultura popular e de expressões valiosas de interesse cultural e patrimonial (WOLFF, 2002, p. 149).

o “Heideschutzpark” (WOLFF, 2002, p. 149). Além disso, colocou a proteção à natureza em seus poemas “verdes”.

As semelhanças entre Roessler e Löns não abrangiam apenas seus discursos protecionistas. O escritor alemão também é considerado uma espécie de pioneiro, um “*early supporter of the movements to establish National Parks and set aside unspoiled wilderness areas in Germany*”²⁸ (WOLFF, 2002, p. 149). Tantas afinidades devem ter sido uma das influências na escrita e prática de Roessler.

Löns faleceu defendendo a Alemanha em uma batalha, durante a Primeira Guerra Mundial. Segundo Wolff (2002, p. 153), os romances de Löns

“*are rooted in an organic sense of community and fierce independence that is far removed from the centralized planning and stilted pageantry of the National Socialist state*”²⁹. No entanto, por causa do nacionalismo de seus escritos, foi “cooptado” por Hitler, como um dos autores em que o regime nazista se baseava.

Na sequência, abordaremos uma série de textos, muitos deles lidos por Roessler, os quais circulavam no campo de possibilidades por ele vivenciado. Veremos que, antes (e ao mesmo tempo) de Roessler, vários autores se manifestaram pela proteção da natureza, no Rio Grande do Sul e no Brasil³⁰.

²⁸ “um dos primeiros apoiadores dos movimentos que visavam criar Parques Nacionais e deixar de lado áreas selvagens intocadas na Alemanha”.

²⁹ “estão centrados em um senso orgânico de comunidade e de independência que é muito distante do planejamento centralizado e da ostentação forçada do Estado nacional-socialista”.

³⁰ Análise separadamente textos produzidos no Rio Grande do Sul e no Brasil para que tenhamos noção da dinâmica das discussões. No entanto, os dois âmbitos estavam interligados, os autores rio-grandenses eram influenciados por autores de outros estados, e vice-versa, compartilhando ideias sobre o tema.

3 Ideias e percepções sobre a natureza no início do século XX

3.1 Proteção à natureza no Rio Grande do Sul

Roessler tornou-se uma importante referência do ambientalismo no Rio Grande do Sul, pois a União Protetora da Natureza – UPN foi a primeira entidade de proteção a todos os elementos naturais no estado. Por conta disso, há uma série de discursos que o denominam “pioneiro”, entre outros epítetos. Ele mesmo já se denominava “pioneiro da proteção à natureza”, assim como “pioneiro do Serviço Florestal no Rio Grande do Sul”, em documentos pessoais e em suas palestras. Entretanto, Roessler não foi o primeiro a propagar a ideia sobre proteção à natureza no estado e no país; já havia crítica ambiental, bem como entidades protecionistas no Brasil, como veremos ao longo deste trabalho.

Em “Ensaio sobre os costumes do Rio Grande do Sul”, publicado em 1883, João Cezimbra Jacques³¹ fez alguns apontamentos sobre o problema da caça. A crítica era sutil, mas se fazia presente, à caça da anta, do cervo (veado) e da “avestruz”³². A anta ia “pouco a pouco se extinguindo, devido ao instinto destruidor dos caçadores da Serra Geral, os quais desconhecem a *utilidade futura* que poderia aparecer de certas espécies [grifo meu]”. Quanto ao veado, que Jacques chamava de cervo, “cujos chifres são muitos e se apresentam em forma de galhos; este animal vive no meio dos grandes banhados, e é também outra

espécie bem útil que já vai desaparecendo pela perseguição dos caçadores” (JACQUES, 1979a, p. 17).

Em seguida, criticando os grupos étnicos italianos, que recém estavam chegando ao estado (1875), o autor mencionava que os rebanhos da maior ave da província, a ema/avestruz, estavam sendo domesticados pelos estancieiros; essa iniciativa teria possibilitado a conservação do “avestruz, devido à proteção que lhes dispensam os donos de campos, os quais hoje proíbem expressamente que se as mate, o que até certo tempo faziam sem piedade os italianos para venderem as penas que valem muito em Montevideu e na Europa” (JACQUES, 1979a, p. 18). Jacques observava que a caça poderia levar ao extermínio dessas espécies, o que considerava um problema, pois eram animais úteis ao homem. Aqui, é interessante constatar que já nos anos iniciais da colonização os italianos eram acusados de causar a extinção da fauna, nesse caso para obter benefício econômico. Roessler travou uma verdadeira luta de representações (BOURDIEU, 2007; CHARTIER, 2002) de caráter interétnico com esse grupo, criticando duramente a prática da passarinhada como “grande sem-vergonhice desse povo danado e fingido”³³, e os caçadores como “terríveis avicidas”, “tarados”, “assassinos”, em diversos panfletos e crônicas³⁴.

Em obra posterior, “Assuntos do Rio Grande do Sul”, de 1912, Jacques retornou com maior

³¹ João Cezimbra Jacques (1849-1922) foi militar de cavalaria, lutou na Guerra do Paraguai, aposentando-se como Major. Entre outras atividades, fundou o Grêmio Gaúcho, em Porto Alegre, foi instrutor militar e escreveu diversas obras sobre costumes, questões sociais e políticas do Rio Grande do Sul (MARIANTE, 1979, p. 9-12).

³² Jacques chamava a ema de “avestruz”.

³³ ROESSLER, H. Carta a Marli Guinter. São Leopoldo, 31-08-1961 (APHR).

³⁴ Os descendentes de grupos étnicos italianos também o nominavam negativamente como “cangaceiro”, “crápula”, “cafa-jeste”, “bandoleiro”, que ia para os municípios de colonização italiana para praticar “atos selvagens”, e associavam-no ao

ênfase ao problema da caça e da devastação florestal. Na “Nota sobre a fauna”, o autor esclarecia sobre a utilidade dos animais silvestres, alertando para os benefícios de protegê-los:

temos por fim proclamar a necessidade urgente (...) de se por termo à destruição imprevidente (...), principalmente pelos caçadores sem dó, pois além da pena que nos devem inspirar os animais referidos, a observação e a razão mostram que o mais insignificante passarinho tem um papel importantíssimo na existência material. As aves destroem não só os répteis venenosos e prejudiciais, como os insetos daninhos, evitando as pragas, tais como as nuvens de gafanhotos devastadores da vegetação e dos cereais alimentícios. Neste sentido, as aves aquáticas, que vivem nas margens dos lagos e dos grandes banhados, tais como a garça, o joão-grande, o maçarico, e nos campos, o avestruz, exercem uma ação muito eficaz (...). O veado (...), que outrora era encontrado em grandes rebanhos em toda nossa campanha (...), e que hoje ainda se encontra em pequenos lotes nos campos do sul, do sueste e do sudoeste do estado, além de ser um belo animal, é inofensivo e tem a utilidade de possuir na urina grande abundância de ácido fosfórico, que serve de excelente adubo aos campos e, fora deste fato, mata ele a cobra com rara habilidade (JACQUES, 1979b, p. 172-74).

Para Jacques, a fauna devia ser conservada por sua utilidade, seu papel na vida material. Os argumentos utilizados pelo autor para defender as aves são semelhantes aos utilizados mais tarde por Roessler: os benefícios para a agricultura, ao alimentar-se de insetos, pragas (como o gafanhoto) e de répteis. Esses últimos eram também combatidos pelo veado campeiro, um ótimo motivo para defender que não fossem mais caçados. Veremos, mais adiante, que a utilidade dos animais seria mencionada por diversos autores para justificar sua proteção.

Quando Jacques escreveu, as leis sobre conservação eram incipientes, mas o presidente do estado, na época em que escrevia o livro, Carlos Barbosa Gonçalves, teria decretado “o lançamento da multa de duzentos mil réis a quem matar avestruz”. Porém, o autor sugeria duas medidas “para que a sua obra seja completa e coroada de êxito”: primeiro, que fossem infringidas penas

aos que danificassem ou matassem aves ou quadrúpedes inofensivos e úteis; segundo, que uma lei orçamentária fosse votada para premiar “a quem conseguir domesticar a reprodução e a criação, e mesmo a quem concorrer de outra forma para a conservação das espécies tais como, quadrúpedes – o cervo, o veado, o porco-do-mato, a anta, etc; aves – avestruz, o macuco, o jaó, o jacu, a jacutinga, etc” (JACQUES, 1979b, p. 174). Jacques reconhecia o mérito do decreto, mas percebia que outras medidas eram necessárias para proteger também uma série de animais, além da ema. Ele estava tão preocupado com a perspectiva de extinção, devido à caça sem regras, que chegou a sugerir um prêmio para quem promovesse a criação e conservação dessas espécies.

Em “Assuntos do Rio Grande do Sul”, constava uma “Nota sobre a conservação das florestas”, onde Jacques entendia que não bastava o governo mandar reservar apenas as florestas protetoras das nascentes, dos mananciais, dos arroios e dos rios. Era indispensável

para conservação da fauna, da regularidade do clima, para gozo dos vindouros, manter grandes faixas florestais, zeladas carinhosamente pelo poder público, devendo derivar-se o quanto antes a colonização para os campos, obrigando o criador a cercar as linhas de divisa com o agricultor, obrigando o **replantio** das árvores e proibir mesmo em matos particulares as derrubadas de árvores, além de um certo limite. “Ao bem público cede o bem privado”. Agir fora desta conduta, é expor-se à condenação da posteridade (JACQUES, 1979b, p. 175, negrito e aspas do autor).

Também na temática florestal havia semelhanças entre Jacques e Roessler. Podemos perceber uma preocupação com o reflorestamento e com o futuro, temendo o julgamento dos que vissem depois, se recebessem florestas devastadas. Outra interessante observação do autor refere-se à colonização: ela deveria ser encaminhada para os campos e não como foi, “imprudemente, estragando as nossas florestas” (JACQUES, 1979b, p. 178). Apesar de mencionar o assunto da colonização brevemente, em uma nota de três

nazismo, como “agente da Gestapo”, “adepto de Hitler”, etc. Toda essa luta de representações é descrita em detalhes em minha dissertação (PEREIRA, 2011).

páginas, acredito que o olhar mais crítico de Jacques merece ser ressaltado, pois em importantes estudos posteriores sobre o tema os autores não deram atenção à destruição ambiental que envolveu as colônias, tanto alemãs, italianas, polonesas, como judaicas; ao contrário, elas foram objeto de exaltação, consideradas responsáveis pelo progresso econômico e modernização do Brasil (CORREA; BUBLITZ, 2006).

O tema da proteção à natureza era corrente nos jornais gaúchos dos anos 1940. Os dois principais periódicos de Porto Alegre e do estado na época, *Correio do Povo* e *Diário de Notícias*, publicavam com frequência reportagens, artigos e editoriais sobre o tema.

Um importante industrial gaúcho, A. J. Renner, escreveu artigos sobre o tema do reflorestamento. No exemplar de discursos e artigos durante o período 1931-1952 (RENNER, 2003), organizado pela Assembleia Legislativa, constam dois textos, um para o *Diário de Notícias* e outro para *O Pioneiro* (de Caxias do Sul). No primeiro deles, “Florestamento e reflorestamento”, no *Diário de Notícias* de 24-10-1948, Renner relata ter, em viagem de avião pela zonal colonial do estado, “visto (...) que, em muitos lugares os seus morros e encostas se apresentam desprovidas de matas e sujeitas, assim, à erosão”. O autor se mostrava preocupado com o fenômeno da erosão, que era “efeito da destruição das matas pelas derrubadas e queimadas [chegando] como é sabido a tornar estéreis vastas áreas de cultivo, como sucedeu em largos trechos dos Estados Unidos”. Naquele país, “devido à ausência de rotação das culturas até que, numa seca excepcional, os ventos levaram pelos ares todo o húmus da terra, existem, em larga escala, terras destruídas pelo desmatamento e pela erosão” (RENNER, 2003, p. 111).

Falando sobre o Rio Grande do Sul, Renner constatava que essas práticas (derrubadas e queimadas) também ocorriam no estado, o que poderia comprometer o futuro das matas, embora “exista o Código Florestal Brasileiro que, se não é perfeito, requerendo reformas substanciais, ainda assim seria, se aplicado convenientemente pe-

las municipalidades, o bastante para regular a conservação indispensável das florestas e o seu plantio e replantio onde necessários”. No entanto, “lamentavelmente, em parte alguma se cumpre integralmente aquele código ou apenas se o cumpre onde há alguma fiscalização das inspetorias agrícolas federais. Não vai esta além do replantio, logo deixado sem cuidados, pois as terras desmatadas deixam de interessar ao madeireiro bem como aos seus detentores ou arrendatários” (RENNER, 2003, 111-112).

Renner também estava preocupado com o futuro, só que no seu aspecto econômico. Como grande industrial têxtil atuante na economia do estado, seu olhar era direcionado ao “problema urgente da necessidade de aumento de nossa produção agrícola”; o desmatamento era problema porque originava a erosão, o que causava sérios danos à lavoura. Sua defesa do reflorestamento tinha motivos econômicos, e não razões estéticas, ou mesmo de dever patriótico – que era o discurso mais comum na época.

O empresário também escreveu “Erosão, enchentes e reflorestamento”, publicado em *O Pioneiro*, em outubro de 1949, onde ele retomou o tema, de maneira mais explícita, mencionando que “a defesa contra a erosão já vai sendo compreendida por muitos, pois é a garantia da produtividade da própria terra”. Os agricultores que compreendiam “os males da erosão (...) plantavam árvores de crescimento rápido e de renda certa nas terras mais inclinadas, junto às nascentes dos arroios, etc”. Renner recomendava o plantio do eucalipto – aliás, como o próprio Rossler sempre defendeu –, “que pode ser plantado por toda a parte visto o seu crescimento rápido, dando grande rendimento. Com 5 ou 6 anos dá o primeiro corte, que já se faz escassa por toda a parte”. Também em “terras nas quais se [quisesse] refazer a fertilidade, em vez de deixar crescer a capoeira para depois queimar, pode-se plantar a acácia negra, sendo uma leguminosa, melhora a terra e dá lenha e casca para curtume”. Com o plantio de eucalipto e acácia negra, “esta principalmente se houver um curtume perto que compre as cascas, podem-se realizar bons lucros, con-

servando a terra e contribuindo para a redução dos efeitos da erosão e das enchentes, como é de interesse geral” (RENNER, 2003, p. 189-190). Para Renner, o reflorestamento era útil à agricultura, pois aumentava a produtividade do solo e também era capaz de gerar lucros ao agricultor, além de contribuir como “interesse geral”; se o produtor não visualizasse um ganho econômico a curto, ou médio prazo, não teria interesse em plantar árvores.

É interessante constatar, em textos publicados no *Correio do Povo*, muitos dos termos utilizados por Roessler em suas futuras crônicas no mesmo jornal. Por exemplo, o editorial de 02-10-1948, intitulado “Parques e desertos”, começava denunciando a “imprevidência nacional, tão velha, tão irremediável, já, em muitos casos e tão lamentavelmente reveladora dos graves defeitos da educação cívica do país, continua fazendo sua obra de destruição”. As advertências quanto às devastações florestais eram repetidas inutilmente, embora essas causassem erosão e criassem as “condições propícias para as grandes estiagens e para as enxurradas catastróficas”. Havia “dentro dos gabinetes (...) admiráveis textos de leis, que se publicam, se comentam e se louvam, mas não se cumprem”. Na opinião do periódico, “tudo reflete os vícios da educação nacional, que se manifesta bem pouco inspirada, em verdade, nos princípios de solidariedade social e do carinho pela guarda dos dotes supremos oferecidos pela natureza à Pátria”, complementando as denúncias com presságios catastrofistas de que as gerações atuais “desprezam a segurança dos porvindouros e que, em vez de lhes procurarem um amanhã tranquilo, lhes arquitetam um porvir trágico”, e de que “dentro de oito ou dez anos, o Rio Grande do Sul estará pobre de madeiras”, pois os métodos de exploração das serrarias e madeireiras sequer tiravam proveito correto do produto dessas destruições³⁵.

Na seção “Assuntos Rurais” de 8 de outubro de 1948, começava uma série de três reportagens do jornalista Dario Brossard sobre a Conferência Interamericana sobre a Conservação dos Recursos Naturais Restauráveis, realizada em Denver, Estados Unidos, de 7 a 30 de setembro do mesmo ano. Segundo o texto, a conferência teria enfatizado o aumento da população, em contrapartida com a quantidade limitada dos elementos naturais, por isso “a conservação e a sábia utilização dos recursos naturais são de vital importância no mundo atual”³⁶. Na conferência, foram apresentadas 105 teses, em seis seções principais (as quais possuíam subdivisões): populações humanas e capacidade produtiva da terra; recursos naturais restauráveis e relações internacionais; o uso da terra e as ciências sociais; dinâmica dos recursos naturais restauráveis; a educação na dinâmica da conservação; e como tornar efetiva a conservação. Além de palestras sobre as temáticas acima, houve excursões aos locais onde estavam “sendo levados a efeito projetos de conservação do solo, de controle das águas, de defesa e conservação das florestas e das vertentes, das pastagens e dos animais silvestres, trabalho de irrigação, bem como ao Parque Nacional das Montanhas Rochosas”. As visitas aos locais dos projetos representavam uma “espécie de ilustração, uma visão prática dos assuntos debatidos na conferência”. O Brasil, segundo Brossard, devia começar evitando “a derrubada inconsciente e inconsequente das matas. O mais virá depois, com o tempo e com a educação, e talvez com a necessidade”. A reportagem terminava com o articulista lembrando as palavras do Pe. Rambo, “no salão de conferências do *Correio do Povo*, sobre a destruição impiedosa dos pinheirais do Rio Grande”³⁷. Como veremos a seguir, o Pe. Balduino Rambo foi um dos que denunciou a devastação no estado; como cientista respeitado, ministrava palestras e conferências sobre o tema. O fato de que

³⁵ EDITORIAL. Parques e desertos. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 02-10-1948 (MCSHJC).

³⁶ BROSSARD, Dario. Conferência Interamericana sobre a Conservação dos Recursos Naturais Restauráveis. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 08-10-1948 (MCSHJC).

³⁷ *Ibidem*.

ele tenha conferenciado no salão do Correio do Povo demonstra a importância do assunto na época, bem como o interesse do próprio periódico por essas questões, o que pode ser confirmado pelo conteúdo de artigos e editoriais.

Quatro dias após, em 12 de outubro, o Correio publicava o editorial “A destruição das matas”. Segundo o texto, essa questão era o assunto que suscitava “uma crítica mais viva, tais as proporções da obra destruidora”. No entanto, “nunca faltaram as campanhas, encetadas e prosseguidas pelos conhecedores do assunto, visando a defesa desse patrimônio antes [do ‘descobrimento’] imenso”. Mesmo com projetos e medidas diversas, e uma boa legislação, “não consta que se alterassem, de modo apreciável, os quadros da associação sempre malsinada”. O que mais revoltava, porém, era a “persistência da faina arrasadora, quando vigoram leis, existem verbas orçamentárias e são nomeados, a cada passo, os funcionários encarregados de tornar efetivas as providências adotadas”³⁸.

Na seção “Assuntos Rurais”, de 15 de outubro de 1948, Brossard retomava sua colaboração, com a reportagem “A conservação dos recursos naturais”, dos Estados Unidos, em que

a compreensão do problema das conservação dos recursos naturais já ultrapassou as esferas oficiais e universitárias, para ser um assunto comum entre os agricultores e bastante generalizado no seio das populações rurais. Isso foi conseguido principalmente através da educação e da propaganda bem dirigida, da escola e da imprensa, do rádio, filmes, folhetos, cartazes, etc. E a compreensão do problema da conservação – em toda sua significação política, social, econômica e militar – trouxe como consequência natural a conferência de Denver, sobre conservação dos recursos naturais restauráveis³⁹.

Brossard menciona novamente o temor do aumento populacional da América Latina, cujas previsões eram de duplicação em 35 anos: “No

caso de que a destruição do solo e outros recursos naturais se prolonguem por outra geração, essa população ver-se-á arrastada segura e inexoravelmente a uma situação perigosa”. Entretanto, tais alertas teriam interesse para o Brasil, sendo um “país tão grande e com população relativamente tão pequena? Os seus recursos naturais não são quase ilimitados? Para que, pois, conservação?”⁴⁰. A concepção de que os elementos naturais eram infinitos justificava a exploração desde a chegada dos primeiros europeus. Demorou para que as pessoas compreendessem que eles eram, na verdade, finitos, e que “conservação significa apenas que devemos usar nossos recursos naturais agora, de modo que as gerações futuras possam usá-las do mesmo modo. Nada mais. Conservação quer dizer bom uso e não abandono”⁴¹. Talvez aqui estivesse contida uma crítica à preservação dos recursos, que consistia em reservá-los em áreas sem acesso ao homem, num contraponto à ideia de conservação, defendida na conferência.

Na segunda parte da reportagem, Brossard mencionou H. H. Bennet, Chefe do Serviço de Conservação do Solo do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos. Seu nome chegou a ser indicado ao Prêmio Nobel da Paz para 1949, pela atuação na defesa dos elementos naturais norte-americanos. A descrição que o articulista fez de Bennet lembra Roessler em alguns aspectos e nos permite algumas considerações:

É ele um cientista, um professor, um *apóstolo*. É um prazer ouvi-lo falar sobre conservação; apesar de seus quase 70 anos, tem o entusiasmo de um moço e todo ele vibra e se agiganta na tribuna, é uma torrente de palavras, de fatos, de argumentos, de algarismos (...). É um incansável, um *apóstolo*. São inúmeros os seus trabalhos publicados: livros, boletins, conferências, artigos, palestras de rádio, etc. (...). À conservação e boa utilização dos recursos naturais restauráveis (...) o professor Bennet tem dedicado toda sua vida com amplo espírito de cooperação e *grande sentido de apostolado*⁴².

³⁸ EDITORIAL. A destruição das matas. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 12-10-1948 (MCSHJC).

³⁹ BROSSARD, Dario. A conservação dos recursos naturais. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 15-10-1948 (MCSHJC).

⁴⁰ Ibidem.

⁴¹ Ibidem.

⁴² Ibidem, grifos meus.

Roessler não foi cientista nem professor, mas também foi considerado entusiasmado, incansável e apóstolo. Também utilizou do expediente da publicação de artigos, de palestras em escolas, divulgando a proteção dos elementos naturais. Interessante constatar que Brossard repetiu três vezes a ideia de que Bennet seria um apóstolo, ou sua atuação teria sentido de apostolado. Roessler também teve um discurso ligado a categorias religiosas e até, de certa forma, assumiu um caráter de apóstolo e de profeta para si, no papel de defensor da natureza. Bennet poderia ter sido uma das inspirações para o nosso personagem, dentre tantas outras disponíveis no seu campo de possibilidades.

Na sexta-feira seguinte, também na seção “Assuntos Rurais”, Brossard dava sequência às reportagens com “Mais um pouco sobre conservação dos recursos naturais”, publicação na qual tratou das “Declarações e resoluções” adotadas pela Conferência. O articulista transcreveu uma série de resoluções do evento que visavam “estabelecer uma relação harmoniosa entre a civilização e o meio ambiente em que o homem tem que existir”, e algumas declarações de autoridades que palestraram em Denver. Entre elas, destaco considerações do professor Bennet citadas por Brossard:

A erosão do solo, e destruição dos recursos naturais restauráveis, em minha opinião, são mais perigosos para a paz do mundo do que a própria bomba atômica. Em outras palavras, por terríveis que pareçam os efeitos da bomba atômica, a terra produtiva tem mais força positiva para manter a paz e a boa vontade entre os povos. (...) Se os povos trabalhassem unidos para conservar os recursos naturais, haveria menos causas de guerras. (...) A conservação dos recursos naturais restauráveis pode ajudar o mundo a ajudar-se a si mesmo. E este é o grande caminho que conduz à paz permanente⁴³.

A segunda guerra mundial havia terminado recentemente, há três anos, e instaurava-se o clima da “guerra fria”, em que a bomba atômica era apresentada como garantia da paz mundial. As

considerações de Bennet eram interessantes por discordar dessa visão, que, na verdade, promovia não o pacifismo, mas o “terror nuclear”, num mundo dividido entre EUA e URSS. Ele colocava na pauta internacional a importância da conservação da natureza, essa sim capaz de assegurar a paz. Nos anos 1960-1970 essas ideias estariam presentes nos movimentos de contracultura e nos emergentes movimentos ambientalistas, que se insurgiram “contra qualquer tipo de energia nuclear” (HOBSBAWM, 2006, p. 235).

Outro assunto destacado por Brossard, que remete à atuação de Roessler, é a importância da educação. De acordo com o que foi exposto na Conferência, era preciso que o homem, já nos bancos da escola primária, começasse a saber de onde vinham o alimento e o abrigo, e que sua vida futura, a de seus filhos e a de sua pátria dependeria do modo como ele tratasse a natureza, do modo como ele utilizasse os elementos naturais, “fonte de vida para todos os povos da terra”. Brossard lembrava que no Brasil havia o “Dia da árvore”, mas que a comemoração precisava ser expandida para todas as escolas do ensino primário e secundário, “mas em forma de preleção simples (não discursos oficiais) e objetivas, abrangendo o complexo solo-águas-florestas nas suas relações mútuas, e com a vida do homem e dos povos”⁴⁴. Essa crítica ao “Dia da árvore” era muito semelhante à que Roessler articularia mais tarde, de que não passava de um dia de discursos, já que, no resto do ano, ninguém mais incentivava o plantio de árvores e sua conservação. Também um dos pontos altos da UPN era a campanha educativa de crianças e jovens, bem semelhante ao que foi discutido na Conferência de Denver.

A última conferência dessa série em “Assuntos Rurais”, em outubro de 1948, intitulou-se “A campanha presidencial dos Estados Unidos e a conservação dos recursos naturais”. Durante sua estada no país, Brossard teve oportunidade de ouvir os dois candidatos ao governo discursar so-

⁴³ BROSSARD, Dario. Mais um pouco sobre conservação dos recursos naturais. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 22-10-1948 (MCSHJC).

⁴⁴ Ibidem.

bre o tema da conservação. O candidato à reeleição pelo Partido Democrata, H. Truman, discursou em frente ao Capitólio, em 20 de setembro de 1948, fazendo um apanhado histórico dos trabalhos de conservação dos elementos naturais no país, que teriam começado com a eleição de Roosevelt, de seu partido, em 1933. Encerrando seu discurso, disse que estava “firmemente determinado a deixar para a as gerações futuras uma terra tão boa como a que tivemos a ventura de encontrar aqui; estamos, principalmente, fazendo uma política de futuro, de garantia do bem estar do nosso povo e de sobrevivência da nação”⁴⁵. Também o candidato do Partido Republicano, Thomas Dewey, que era governador do estado de Nova Iorque, mencionou os problemas da conservação. Em termos bem semelhantes a Truman, Dewey encarava, da mesma forma, “a conservação como uma obrigação dos homens de hoje para com as gerações futuras”, e “a não ser que tenhamos um governo que realmente compreenda o nosso solo e seus problemas, as futuras gerações certamente terão grandes sofrimentos e privações”.

Para Brossard, os discursos dos dois candidatos revelavam que, nos Estados Unidos, o assunto da conservação e da boa utilização dos elementos naturais renováveis “já não é apenas matéria que interessa somente aos homens de ciência e aos técnicos, cujas ideias, às vezes, como não raro acontece no Brasil, não repercutem além das quatro paredes de uma sala de conferências”. Se considerarmos o período 1920-1940, tratado por Franco e Drummond (2009), realmente os expoentes sobre assunto no Brasil estavam ligados ao plano científico, e suas ideias tinham divulgação restrita. O articulista percebia um avanço nos discursos de Truman e Dewey, já que muitas das resoluções da Conferência de Denver “já apareciam incorporadas ao programa dos candidatos ao supremo posto da grande nação americana”⁴⁶. Truman foi reeleito; no entan-

to, não tivemos como averiguar se (e o quanto) seus discursos se concretizaram na prática, representando mais do que um recurso eleitoral para obter votos, pois não é objetivo desta pesquisa. No entanto, é interessante constatar que esse tipo de discurso já estava presente nas campanhas eleitorais dos anos 1940, e continua nas do século XXI, tanto nos Estados Unidos, como no Brasil, já que os problemas ambientais, longe de serem resolvidos, pelo contrário, agravaram-se.

Essa pequena amostra de textos jornalísticos demonstra o quanto o assunto da proteção à natureza estava presente na arena pública de debates no estado, já nos anos 1940. Talvez uma das exceções, em âmbito científico, tenha sido o discurso do Pe. Balduino Rambo, por ter ultrapassado “as quatro paredes da academia”, tornando-se conhecido por parte da população no Rio Grande do Sul. O padre jesuíta, dentre várias outras obras, escreveu *A fisionomia do Rio Grande do Sul*, publicado em 1941, e foi citado por Roessler na crônica “A verdade sobre o tema florestal”⁴⁷. No livro, antes de Wanderbilt de Barros, Rambo tratou da questão dos parques naturais. Segundo Arendt e Christoff (2009, p. 65), o padre desenvolveu “um trabalho que se tornou referência, um trabalho de paixão junto às áreas naturais e a visão protetora contra os malefícios da expansão do homem junto à natureza”. No último capítulo do livro, Rambo denunciou as derrubadas da agricultura e a voracidade da indústria madeireira no estado:

O mato rio-grandense está em grave perigo! E não são apenas as derrubadas da agricultura, é também a indústria madeireira, que, mais tempo menos tempo, despojará as selvas uruguaias de seus gigantes mais expressivos, e acabará por transformar os soberbos pinhais em tristes fachinais (RAMBO, 1942, p. 437).

Para Rambo, a proteção à natureza abrangia quatro setores. Em primeiro lugar, deviam ser protegidos os monumentos naturais, pois eram

⁴⁵ BROSSARD, Dario. A campanha presidencial dos Estados Unidos e a conservação dos recursos naturais. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 29-10-1948 (MCSHJC).

⁴⁶ Ibidem.

⁴⁷ ROESSLER, H. A verdade sobre o tema florestal. *Correio do Povo Rural*. Porto Alegre, 15-08-1958 (MCSHJC).

criações da natureza de importância científica, histórica ou fisionômica, como árvores, formações geológicas, rochedos e montanhas de caráter peculiar. O segundo setor abarcava a proteção a espécies botânicas e geológicas periclitantes: conservação das espécies estreitamente localizadas ou raras e das “matas virgens”. Rambo (1942, p. 433-36) se referia ao desmatamento, “sujeito ao bel-prazer dos donos do lote colonial ou da fazenda”. Levantou também o problema do reflorestamento, em que eram plantados eucaliptos no lugar da mata nativa derrubada. Para o autor, “essa árvore australiana nunca há de se enquadrar, do ponto de vista fisionômico, na expressão natural de nossa terra”. Ele sugeriu que o replantio fosse feito com espécies indígenas, ou com madeiras de lei nacionais, como cedros, louros, e cabriúvas. Quanto aos animais, o estado era desolador: “nas matas da borda da Serra colonizada, nada resta da maior parte dos mamíferos e aves de caça”. O problema das leis de caça não serem executadas estava causando a destruição da fauna de mamíferos, aves e peixes, num ritmo assustador. Em terceiro lugar, o padre propunha a harmonização das obras humanas com a paisagem natural: aqui Rambo mencionava as construções humanas, como cidades, suas ruas, casas; o traçado das estradas, que quando seguiam os vales dos rios, deviam acentuar as linhas naturais da paisagem; e, na utilização das quedas de água, o padre percebia a importância de aliar a utilidade com a conservação da natureza. Por último, sugeria a conservação de parques naturais e nacionais, pois “são territórios maiores, em que a natureza primitiva se conserva totalmente intacta, aumentando-se-lhe os atrativos com o acréscimo de elementos consoantes, quando for conveniente” (RAMBO, 1942, p. 436). Em seu livro, o sacerdote cita parques em diversos países, criticando o pequeno número de áreas protegidas no Brasil. Só em 1947 o Rio Grande do Sul ganharia seu primeiro parque natural, a Reserva do Turvo,

no município de Derrubadas, cuja criação foi sugerida por ele mesmo, assim como do Parque Nacional dos Aparados da Serra, em Cambará do Sul (ARAÚJO, 2007).

Além da forte atuação pela constituição de áreas naturais, Rambo contribuiu para o estabelecimento de instituições de pesquisa científica no estado. Em julho de 1954, dentro da Divisão de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul, foi criada a Diretoria de Ciências, a cargo de Rambo. Subordinado a esta, surgiu o Instituto de Estudos Científicos e Filosóficos – IECF, que deu origem ao Museu Rio-Grandense de Ciências Naturais, em 5 de novembro de 1955 (lei estadual n. 2.728), por sugestão de Rambo e sua equipe de assistentes, já que o Instituto tinha “duvidosas vinculações com a área filosófica” (BUCKUP, 2005, p. 13). Rambo foi um dos fundadores e o primeiro diretor do Museu de Ciências Naturais⁴⁸. O objetivo da Diretoria e do Museu, especificamente, era incentivar a pesquisa a respeito da história natural do estado, através da formação de uma coleção científica de representantes dos reinos animal e vegetal (BUCKUP, 2005). O padre ocupou a função de Diretor do Museu até a morte, em 1961 (ARENDETT; CRISTOFF, 2009, p. 64). Ele participou também da criação do Jardim Botânico de Porto Alegre, no final dos anos 1950⁴⁹.

Em 1956, viajou aos Estados Unidos, como convidado, quando pôde observar as diferenças entre os parques norte-americanos e brasileiros, relatando seu esforço para

que também no Brasil se constituíssem mais parques nacionais. Até agora dispomos de dois, um nas terras montanhosas do Itatiaia e o outro nas cataratas do Iguaçu. Se tudo correr bem teremos, em breve, um terceiro nas escarpas orientais dos Aparados da Serra, com o Taimbezinho como núcleo inicial. O lamentável é que entre nós, constrói-se em primeiro lugar um enorme hotel para atrair os turistas endinheirados de dentro e fora do país. Com isto está viciado o conceito de um autêntico parque. O parque deve estar a serviço-

⁴⁸ Atualmente, esse Museu faz parte da Fundação Zoobotânica do Estado (criada em 1972) e se localiza no interior do Jardim Botânico, em Porto Alegre.

⁴⁹ MEYRER, Marlise Regina. Pe. Balduino Rambo SJ. *Museu de Mineralogia “Luiz Englert”*. Disponível em: <<http://www.museumin.ufrgs.br/porRambo.htm>>. Acesso em 20-02-2011.

da proteção da natureza e do recreio do povo. O rico (...) deve ser obrigado a viver com a mesma simplicidade que o operário e o colono (...). Em nenhum parque [dos EUA] jamais escutei um rádio berrando, nem observei algum aparelho de televisão, nem percebi música de dança, nem presenciei chás dançantes⁵⁰.

O problema, para Rambo, era que, no Brasil, o parque já nascia “viciado”, desvirtuado de seu sentido original, como lugar de proteção e contemplação da natureza. Aqui, antes do parque, construía-se um hotel, pensando no dinheiro dos turistas, o que, segundo o padre, não ocorria nos Estados Unidos. Independentemente da classe social, todos deveriam frequentar o parque em iguais condições, com o mínimo de interferência humana, por isso as estruturas para receber os visitantes deveriam ser rústicas, com pouco impacto no ambiente natural. Com essa declaração, ele não queria afirmar que os “americanos” eram melhores do que os brasileiros, mas que eles tinham “mais compreensão, mais decência e mais respeito perante a beleza e a tranquilidade da natureza criada por Deus”⁵¹.

Rambo, em sua concepção de natureza, tentava conciliar ciência e religião. Considerava a ciência natural ateia “a grande heresia dos últimos cem (!) anos – algo assim como a grande meretriz do Apocalipse” (RABUSKE, 2007, p. 39), e tinha como uma de suas metas científicas provar que ela estava errada. Chegou a pedir a Nossa Senhora, em seu diário, quando tinha cinquenta anos de vida, mais vinte e cinco, para conseguir realizar esse plano. Ele viveu apenas mais seis anos, e, se não chegou a atingir sua meta, deixou uma obra importante no campo da botânica, baseada na observação das plantas vivas e nas suas relações com outros organismos, ou seja, sua abordagem era ecológica (ARAÚJO, 2007, p. 118). Além dos textos em livros e, sobretudo, em jornais, as discussões sobre problemas ambientais passavam também pela Assembleia Legislativa do Rio

Grande do Sul. Questões como a matança de peixes nas lavouras de arroz, o reflorestamento e a caça de passarinhos – demandas principais do trabalho de Roessler – não passaram despercebidas pelos deputados gaúchos nos anos 1940 e 1950. Em vários discursos, deputados de diferentes partidos políticos debateram esses assuntos, inclusive criticando a atuação dos fiscais, em alguns casos⁵².

Essa mostra de textos demonstra que o debate sobre proteção à natureza não era inédito no estado, quando Roessler começou a manifestar-se sobre o tema. A partir da leitura de autores locais, com destaque para o Pe. Balduino Rambo, e de outras partes do Brasil, é que ele pôde articular seu discurso e divulgá-lo por meio de panfletos, crônicas e palestras.

3.2 Proteção à natureza no Brasil

O historiador José Augusto Pádua averiguou indícios de crítica ambiental no Brasil já no século XVIII. Não era uma crítica à modernidade e aos males do desenvolvimento como se formula atualmente, mas sim uma denúncia da “realidade brasileira como uma espécie de farsa do avanço civilizatório, uma ordem calcada em instituições e técnicas herdadas do atraso colonial” (PÁDUA, 2002, p. 27). O autor comenta sobre diversos sujeitos, intelectuais da época – a maior parte formada na Universidade de Coimbra ou na Academia Real das Ciências de Lisboa – que, em suas obras, trataram da problemática ambiental com uma postura crítica. Seu estudo revela “a existência de uma reflexão profunda e consistente sobre o problema da destruição do ambiente natural por parte de pensadores que atuaram no país entre 1786 e 1888” (PÁDUA, 2002, p. 10).

No início do século XX, surgiram sociedades de proteção à natureza no Brasil, como o Centro

⁵⁰ IHGRGS. Conferência no IAB sobre Padre Rambo. Disponível em: <<http://www.ihgrgs.org.br/Contribuicoes/Balduino.htm>>. Acesso em 03-03-2011.

⁵¹ Ibidem.

⁵² Havia fiscais que se aproveitavam de sua posição para cometer abusos, como apreender artefatos de caça e pesca injustamente, entre outros (PEREIRA, 2011).

Excursionista do Rio de Janeiro, fundado em 1919, a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres (1932-1945), diversos Clubes de Amigos da Natureza, a Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro, a Sociedade de Amigos das Árvores, em 1931, a Amigos da Flora Brasília, em 1939, entre outras. Nos anos 1930, diversas leis e códigos protecionistas foram publicados pelo governo Getúlio Vargas⁵³. Para Zélia Silva, esses diplomas legais foram resultado da pressão de “um grupo de intelectuais de projeção, que ocuparam espaço na mídia [no] intuito de esclarecer e formar uma opinião pública, ao mesmo tempo em que realizavam eventos científicos e educativos para avaliar a situação do país nesse campo” (SILVA, 2005, p. 179). Esse grupo, composto por cientistas e escritores⁵⁴, teve espaço de influência na atmosfera tecnocrata e elitista do governo Vargas; o chefe da nação foi assessorado por muitos deles e, ouvindo seus conselhos, decretou uma série de legislações, códigos e mudanças na tutela do meio ambiente (DEAN, 1997). Essa aproximação ocorreu dentro do “clima de mobilização patriótica vigente entre a Revolução de 1930 e a Consti-

tuinte de 1934”, e da “crença na necessidade de um Estado forte e nas potencialidades do novo governo” (FRANCO; DRUMOND, 2009, p. 41). Esse grupo de intelectuais foi tão bem sucedido que, além da publicação de uma série de leis, conseguiu que o Governo Provisório de Vargas patrocinasse a Primeira Conferência de Proteção à Natureza, realizada no Rio de Janeiro, de 8 a 15 de abril de 1934⁵⁵ (FRANCO; DRUMOND, 2009, p. 43).

Aqui procuro traçar um breve panorama do que se escrevia sobre natureza no contexto nacional a que Roessler pertenceu, a partir da leitura de alguns dos autores citados por ele em suas crônicas “A verdade sobre o problema florestal”⁵⁶ e “Missionárias da campanha contra a ignorância”⁵⁷. Além disso, utilizo artigos das revistas Fauna e Caça e Pesca, que circulavam no Brasil nos anos 1940-1960, tratando de caça, pesca, questões agrícolas, criação e proteção dos animais, na tentativa de compreender aspectos gerais do debate ambiental da época e como Roessler se inseriu nele.

⁵³ Entre eles, destaco três decretos-lei publicados no ano de 1934: o primeiro Código Florestal brasileiro (BRASIL, Decreto-Lei n. 23.793), o Código de Caça e Pesca (BRASIL, Decreto-Lei n. 23.672) e o Código das Águas (BRASIL, Decreto-Lei n. 24.643). Além disso, a Carta Magna de 1934 iniciou a proteção “oficial” à natureza, ao subordinar a conservação da flora, da mata virgem e dos minérios à União, e não mais aos estados, como havia determinado a Constituição de 1891, o que dificultava uma política federal de proteção às florestas (DRUMOND, 1999). Já a Constituição de 1937 avançou no sentido de considerar a natureza como patrimônio nacional (Art. 134).

⁵⁴ A maior parte dos integrantes era de cientistas das áreas de biologia e geografia, ligados ao Museu Nacional do Rio de Janeiro – MNRJ. Podemos citar os diretores do Museu Nacional, Alberto José de Sampaio e Edgar Roquette-Pinto, os professores Armando Magalhães Correa e Cândido de Mello Leitão; a bióloga do Museu Nacional Berta Lutz; o agrônomo Edmundo Navarro de Andrade, que introduziu o eucalipto australiano no país; e o diretor do Instituto Botânico de São Paulo, Frederico Hoehne. Autor bastante conhecido na época pelas polêmicas em que participava, o escritor Monteiro Lobato – lido e citado por Roessler – também fazia parte do grupo que propunha a proteção da natureza. Para uma análise da atuação de alguns intelectuais desse grupo (Sampaio, Correa, Mello Leitão e Hoehne) como contribuição à formação da identidade nacional, cf. FRANCO; DRUMOND, 2009.

⁵⁵ A Conferência foi o primeiro grande evento em que se debateu seriamente a proteção à natureza no Brasil. O encontro foi organizado pela Sociedade dos Amigos das Árvores e “contou com forte apoio e infraestrutura do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Alberto José Sampaio foi seu relator. Estavam representados no evento e em sua organização a Associação Brasileira de Educação, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, a Liga Brasileira de Higiene Mental, a Associação Brasileira de Farmacêuticos, a Academia Brasileira de Ciências, o Instituto Histórico de Ouro Preto, o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, a Sociedade de Amigos de Alberto Torres, o Tijuca Tennis Club, o Instituto Nacional de Música, a Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro e a Sociedade Fluminense de Medicina Cirúrgica” (FRANCO; DRUMOND, 2009, p. 43).

⁵⁶ ROESSLER, 15-08-1958. Op. cit.

⁵⁷ ROESSLER, H. Missionárias da campanha contra a ignorância. *Correio do Povo Rural*, Porto Alegre, 13-06-1963 (AHRs).

3.2.1 Embasamento teórico para defender os animais e o reflorestamento

Na crônica “Missionárias da campanha contra a ignorância”, Roessler sugeriu a leitura de dois livros para “os interessados no progresso do ensino”: *Da vida de nossos animais*, de Rodolpho von Ihering⁵⁸, e *Reflorestamento*, de Mansueto Koscinski⁵⁹. Tive acesso às duas obras e pude perceber que foram verdadeiros “manuais” para Roessler. A partir delas, deve ter construído boa parte de seu conhecimento sobre a proteção dos elementos naturais, pois as concepções dos autores estão presentes em praticamente toda sua produção cronística.

O livro *Da vida de nossos animais*, finalizado em 1931, tratava da fauna brasileira, tomando como referências textos científicos, relatos de viajantes e contos populares, tendo como objetivo traçar um panorama geral das espécies conhecidas na época. Von Ihering mesclava linguagem técnica com expressões do senso comum, ao descrever os hábitos dos animais assim como relatos de caçadas pitorescos. É interessante observar que o autor combinava referências à caça, ao mesmo tempo em que fazia referências à necessidade de proteção dos animais. A caça às baleias e às onças, por exemplo, era narrada sem nenhuma crítica. No entanto, Von Ihering se mostrava preocupado com a intensiva caça ao tamanduá, ao porco do mato, ao veado e às aves, em especial a ema, as pombas, as corujas e os pássaros. Essa discriminação ocorria porque o autor classificava os animais de acordo com sua utilidade, e as aves, “sob ponto de vista utilitário, todas elas devem merecer igual estima e proteção, como incansáveis (isto é: insaciáveis!) perseguidores de insetos de

toda a espécie” (IHERING, 1953, p. 92). Um capítulo do livro é dedicado à “ornitologia econômica”, que é o “estudo das aves, encaradas do ponto de vista da sua utilidade, para efeito da manutenção do regime natural que regula a expansão da fauna e da flora de uma dada região” (IHERING, 1953, p. 101). O autor, entre outras obras, já havia dedicado um estudo específico para os pássaros, *O livrinho das aves*, de 1914, mencionando já no início que “a natureza não faz distinção entre seres úteis e inúteis. (...) O homem em seu egoísmo é que discrimina espécies úteis, indiferentes e prejudiciais, tomando-se a si próprio por centro de toda a criação” (IHERING, 1914, p. 1). Von Ihering se esforçava para provar que os pássaros não provocavam prejuízos ao homem, por isso deviam ser protegidos, e advertia que “transformamos tudo na natureza como mais nos convém: não nos queixemos depois quando tivermos de sofrer as consequências dos nossos desatinos” (IHERING, 1914, p. 6).

A natureza, portanto, era classificada de acordo com a utilidade de suas espécies. Thomas (1988, p. 230) apontou que, na Europa do século XVIII, os homens classificavam tanto as plantas como os animais pelo critério da utilidade. Os bichos eram selvagens (a serem amansados ou eliminados), domésticos (que deviam ser explorados para fins úteis) e de estimação (carinho e satisfação emocional). Para o Brasil, no mesmo período, Pádua (2002, p. 13) constatou que o valor do mundo natural era dimensionado pela sua importância econômica e política. Parece que essas concepções permaneceram por muito tempo, pois estão presentes ainda no início do século XX.

⁵⁸ Rodolpho Von Ihering (1883-1939) era natural de Taquara-RS e neto do importante jurista alemão Caspar Rudolf Von Ihering. Bacharel em Ciências e Letras pela Universidade de São Paulo (1901), dedicou-se ao estudo da fauna brasileira e à solução dos problemas da piscicultura. Sua formação em zoologia se deu de maneira natural, à medida que freqüentava o laboratório de seu pai, Hermann Friedrich Albrecht von Ihering. FIOCRUZ. Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil. Disponível em: <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/P/>>. Acesso em 19 de março de 2010.

⁵⁹ Mansueto Koscinski trabalhou no Instituto Florestal de São Paulo, nas décadas de 1930 a 1960. Atuava no Museu Florestal Octavio Vecchi (Museu do Jardim Florestal) e desenvolvia trabalhos de silvicultura e botânica florestal. Publicou vários livros e produziu inúmeros artigos para os jornais da época, todos de divulgação científica voltada à silvicultura e atividades correlatas (Cfe. Contato por e-mail com o Pesquisador Científico João Batista Baitello, Diretor da Divisão de Dendrologia, do Instituto Florestal, em 09-02-2010).

Em *Reflorestamento* (1939), Koscinski abordou o processo técnico do replantio de árvores e a defesa florestal. O autor começava explicando o conceito de reflorestamento: “a função técnica de formar novas florestas em terras devastadas, isto é, em regiões onde já existiram matas espontâneas” (KOSCINSKI, 1939, p. 9). Para Koscinski, a importância do reflorestamento advinha da contribuição que ele dava à economia nacional, e sua prática não deveria ser adiada por mais tempo, pois “contribuir para ele é dever de todo o brasileiro que realmente ama sua Pátria” (KOSCINSKI, 1939, p. 11). Havia dois tipos de vantagens no reflorestamento: diretas (ganhos econômicos) e indiretas (regulação do regime das águas, salubridade para o homem, neutralização dos ventos e a proteção da vida animal). Além de explicações sobre o preparo do solo, como fazer o plantio, quais espécies plantar, etc., um capítulo foi dedicado à defesa florestal. Koscinski elegeu cinco principais inimigos da floresta: o homem era o primeiro e maior, “que a ameaça constantemente, direta e indiretamente; diretamente por meio da derrubada e da queimada, e indiretamente pela ignorância ou pelo descuido” (KOSCINSKI, 1939, p. 79). Em segundo lugar, apareciam os animais, sendo a formiga o “maior inimigo da floresta em formação”, bem como os cupins e o rato do campo; em terceiro, as doenças biológicas das árvores são consideradas perigo à defesa florestal; o quarto inimigo era o vento (pode reduzir o crescimento das árvores, quebrar seus galhos e até mesmo derrubá-las); por último, o fogo “constitui um gravíssimo perigo para a floresta, (...) intimamente ligado ao problema número UM” (KOSCINSKI, 1939, p. 84). No final do livro, encontra-se um apêndice com detalhes sobre as duas espécies mais utilizadas para reflorestamento (por seu potencial econômico) no Brasil: o pinheiro-brasileiro (*Araucária angustifolia*), popular araucária, ou pinheiro do Paraná, e o eu-

calipto (gênero *Eucalyptus*, compreendendo, na época, 150 espécies plantadas no Brasil). O problema crucial do reflorestamento, segundo Koscinski, era o retorno demorado do investimento, que no Brasil, devido à fertilidade do solo, levava, em média, de 15 a 20 anos⁶⁰.

Roessler referiu-se à utilidade dos pássaros em várias crônicas e panfletos, utilizando como argumento principal o benefício que causavam às lavouras. Para ele, os passarinhos eram auxiliares dos agricultores “na luta contra pragas que destroem as plantações” (ROESSLER, 2005, p. 112), ao se alimentarem delas, como Von Ihering escreveu. O panfleto da UPN “Mais pássaros, melhores colheitas” sustentava que o bico dos pássaros era mais eficiente do que os agrotóxicos, porque conseguia atingir “os insetos escondidos debaixo de folhas e cascas”⁶¹. Roessler também defendeu a silvicultura (posição oposta à do Pe. Balduino Rambo), como Koscinski, afirmando não acreditar “em reflorestamento que não [fosse] de acácia ou eucalipto, cuja colheita se faz em sete anos”⁶². O fator tempo era importante, pois o investidor não poderia esperar décadas para obter o retorno financeiro. Cultivo de desenvolvimento rápido, o eucalipto foi o mais utilizado para substituir as áreas desmatadas de floresta, com fins comerciais. Já no século XIX, algumas espécies foram introduzidas no Brasil e destinadas inicialmente a fins sanitários e medicinais (DEAN, 1997).

Um dos primeiros projetos de plantio de eucalipto em grande escala no Brasil teve início em 1904, coordenado pelo agrônomo Edmundo Navarro de Andrade e financiado pela Companhia Ferroviária Paulista. Navarro estudou profundamente o assunto, inclusive viajou para a Austrália, a fim de “conhecer tudo o que fosse possível sobre o gênero e os métodos ótimos de cultivá-lo” (DEAN, 1997, p. 251). No Rio Grande do Sul, a espécie foi trazida por Joaquim Fran-

⁶⁰ Período considerado extremamente rápido, se comparado com o tempo que um pinheiro levaria para se desenvolver no Canadá e na Finlândia, segundo Koscinski (1939, p. 104), 120 anos.

⁶¹ UPN. *Mais pássaros – melhores colheitas*. São Leopoldo, s./d. (MVSL).

⁶² ROESSLER, H. Sentença de morte para os pinhais. *Correio do Povo Rural*, Porto Alegre, 25-01-1963 (AHR).

cisco de Assis Brasil⁶³, no final do século XIX, e as primeiras mudas introduzidas em Pedras Altas, na região sul (BINKOWSKI, 2009). Entretanto, a introdução do eucalipto foi tema controverso desde seu início⁶⁴. O próprio Navarro enfrentou oposição; havia uma espécie de “xenofobia contra esse ‘invasor estrangeiro’ – uma alcunha jamais aplicada ao café ou aos cítricos” (DEAN, 1997, p. 331). Entre os ecólogos não há um consenso quanto ao cultivo do gênero, embora ele seja considerado uma “invasão biológica”⁶⁵. Segundo Guadagnin (et al. 2009, p. 312), “na América do Sul, o conhecimento acerca do problema das invasões biológicas e das alterações na estrutura da paisagem que elas provocam ainda é incipiente”. Porém, no Rio Grande do Sul, no bioma pampa⁶⁶, a substituição de campos nativos por plantações comerciais de pinus, eucalipto e acácia vem causando mudanças importantes na paisagem, alterando a distribuição dos elementos naturais e de algumas doenças – entre elas, malária, dengue e febre amarela (GUADAGNIN et al., 2009). Zarth e Gerhardt (2009) afirmam que o monocultivo do eucalipto em grandes áreas provoca prejuízos ambientais e sociais, pois forma um ambiente inóspito para outras espécies animais e vegetais – o chamado “deserto verde”, além de utilizar pouca

mão-de-obra, intensificando a concentração de terra e riqueza.

3.2.2 “Autorizadas vozes” sobre a problemática ambiental

Em “A verdade sobre o problema florestal”, Roessler citou 28 afirmações de “autorizadas vozes”, que, a seu ver, apresentavam “uma ampla e lúcida visão do problema que assumiu aspectos alarmantes e cuja solução seria o urgente reflorestamento de todas as terras devastadas e abandonadas improdutivamente”⁶⁷. Utilizando afirmações de personalidades importantes nos cenários gaúcho ou nacional, Roessler, além de procurar legitimidade para as campanhas educativas da UPN, queria convencer – parece-me – seus leitores da importância da proteção à natureza, inclusive convidando-os a fazer parte de sua entidade.

Um dos autores citados por nosso personagem foi Monteiro Lobato, por causa da denúncia, em seu primeiro livro, *Urupês* (1918), do homem como culpado dos incêndios florestais, mais especificamente o caboclo, o qual ele denominava “piolho da terra”. Para Roessler, a obra denunciava a ação devastadora do homem, que o tornava “um criador de desertos”⁶⁸. No conto “Velha Praga”, num estilo combativo e irônico, Lobato, por meio do narrador, se mostrava indignado

⁶³ Assis Brasil (1857-1938) foi político, advogado, escritor, diplomata e ocupou diversos cargos públicos, entre eles, o de ministro da agricultura (1930-32). Procurou desenvolver, em território do futuro município de Pinheiro Machado-RS, uma granja-modelo com inovações agrícolas e pecuárias. Assis Brasil, “em muitas viagens, mediante contatos com renomados botânicos e horticultores de vários países ou através da importação direta de sementes e mudas, reuniu ali uma invejável coleção de árvores exóticas, muitas delas introduzidas pela primeira vez no Brasil. Foram cultivados mais de cem espécies de *Eucalyptus*, inúmeros carvalhos, pinheiros e outras árvores” (ROCHA; ALMEIDA; MARCHIORI, 1995, p. 112). É interessante observar que a postura de Assis Brasil frente à natureza, diferentemente de Rambo e Roessler, era de exploração. Ele buscava desenvolver em sua granja diversas espécies de plantas e animais, com fins econômicos, não de proteção.

⁶⁴ Entre as desvantagens para o cultivo do eucalipto, acreditava-se que ele requeria mais água do que qualquer outra espécie e empobreceria o solo (DEAN, 1997).

⁶⁵ “As invasões biológicas “são processos mediados por humanos. As pessoas atuam como vetores de introdução acidental ou voluntária; promovem mudanças ambientais que podem debilitar a resistência de ecossistemas naturais; sofrem as consequências do avanço das espécies invasoras e têm a capacidade de atuar de maneira direta ou de apoiar estratégias de prevenção, controle e erradicação” (GUADAGNIN et al., 2009, p. 308). Esse processo deveria ser visto como um desafio socioambiental que excede o campo estritamente biológico, requerendo a participação de diferentes setores da sociedade.

⁶⁶ Por bioma pampa “compreende-se um conjunto ambiental, cerca de 176.496 km², que abrange a metade meridional do estado do Rio Grande do Sul e constitui a porção brasileira dos Pampas Sul-Americanos que se estendem pelos territórios do Uruguai e da Argentina” (ZARTH, GERHARDT, 2009, p. 249-50).

⁶⁷ ROESSLER. 15-08-1958. Op. cit.

⁶⁸ Ibidem.

com a preocupação da elite letrada brasileira com o custo de um soldado em guerra na Europa (Primeira Guerra Mundial). No entanto, os prejuízos advindos das queimadas não eram calculados:

As velhas camadas de húmus destruídas; os sais preciosos que, breve, as enxurradas deitarão fora, rio abaixo, via oceano; o rejuvenescimento florestal do solo paralisado e retrogradado; a destruição das aves silvestres e o possível advento de pragas insetiformes; a alteração para pior do clima com a agravação crescente das secas; os vedos e aramados perdidos; o gado morto ou depreciado pela falta de pastos; as cento e uma particularidades que dizem respeito a esta ou aquela zona e, dentro dela, a esta ou aquela “situação agrícola. Isto, bem somado, daria algarismos de apavorar; infelizmente no Brasil subtrai-se; somar ninguém soma... (...). Qual a causa da renitente calamidade? (...) A nossa montanha é vítima de um parasita, um piolho da terra (...). Este funesto parasita da terra é o CABOCLO, espécie de homem baldio, seminômade, inadaptável à civilização, mas que vive à beira dela na penumbra das zonas fronteiriças (LOBATO, 1966, p. 270-271).

No conto “Urupês”, o último, que dá título ao livro, o narrador descrevia o modo de vida do caboclo, sua casa, suas roupas, sua ignorância e submissão política. O caboclo “Vota. Não sabe em quem, mas vota. (...) O sentimento de pátria lhe é desconhecido. Não tem sequer a noção do país em que vive” (LOBATO, 1966, p. 283). O caboclo, mestiço de branco com índio, era descrito como um alienado, incapaz de qualquer crítica, era “o sacerdote da Grande Lei do Menor Esforço”. O próprio título do livro já é revelador: urupê é um fungo da família das poliporáceas (*Polyporus sanguineus*); também chamado de orelha de pau, ou pironga. Lobato se referia ao caboclo como um parasita (tal como o fungo), um “pioelho da terra”, que só se aproveitava da natureza, colhendo seus frutos, realizando agricultura através da coivara e, quando a terra se exauria, abandonava o local, procurando outro sítio para

recomeçar, através dos mesmos métodos, a luta pela vida⁶⁹.

Para Roessler, o homem era ainda mais culpado, era o “VAMPIRO DA TERRA”⁷⁰. Porém *Urupês*, na verdade, era uma crítica, “uma advertência, trágica, enérgica, desapiedada” (CAVALHEIRO, 1954, p. 20); movida pelo patriotismo – característica comum na época, também presente nos escritos de Roessler. Lobato passou a “procurar as causas reais da miséria e os meios necessários para saná-la”, pois “as misérias e a desigualdade social provocaram-lhe ímpetos insopitáveis de revolta” (CAVALHEIRO, 1954, p. 23). Segundo Walnice Galvão, Lobato não resistia “à sua índole de tribuno e propagandista”, empenhando-se em várias campanhas, como, entre outras, “a da preservação do meio ambiente, (...) e a da preocupação com a saúde pública – de que a figura do jeca-tatu é apenas uma pequena parte”⁷¹.

No livro *A onda verde*, cuja primeira edição é de 1921, vários ensaios tratavam de questões ambientais, como, por exemplo, “Homo sapiens”, em que Lobato (1967, p. 62) considerava a vida dos animais “perfeita de ritmo e beleza”. Se perturbações aconteciam, era por culpa do homem, pela pesca com armadilhas, pelo uso de arapucas, mundéus, ratoeiras, pelo aprisionamento de pássaros em gaiolas, pelas carroças e arreios com que os cavalos eram presos, pela caça das baleias com arpão e aos outros animais a tiros, pelos incêndios dos campos e matas, a drenagem dos pântanos, enfim, por todo o mal causado aos animais. O homem, movido pela ganância, tornava-se “lobo de si próprio”, numa referência a Hobbes, pois suas ações contra a natureza acabavam vitimando a si mesmo. No ensaio “O grilo” havia uma crítica muito forte à grilagem⁷², processo pelo qual porções de terra eram “legalmente apropriadas”. O grileiro era o precursor da

⁶⁹ Ao longo de sua produção intelectual, Lobato mudou de ideia a respeito do caboclo. Considerando o conjunto da obra do autor, é possível vislumbrar que “o caipira não é considerado a causa única do atraso nacional, ele faz parte de uma estrutura latifundiária obsoleta” (RODRIGUES, 2007, p. 72).

⁷⁰ ROESSLER. 15-08-1958. Op. cit.

⁷¹ GALVÃO, Walnice. Lobato, o Visionário. *O Estado de São Paulo*, 01-06-2008, p. D1 (Arquivo da autora).

⁷² Lobato (1967, p. 10-11) define o grilo como “uma propriedade territorial legalizada por meio de um título falso; grileiro é o advogado ou ‘aguia’, qualquer manipulador de grilos (...) que tira a terra do nada”. Segundo Márcia Motta (2005, p. 238),

onda verde, pois, em virtude de sua atuação, a floresta nativa era derrubada para o plantio da “árvore do ouro” (LOBATO, 1967, p. 5): o café.

Também em *Ideias de Jeca Tatu*, lançado em 1919, dentre outros assuntos, o escritor tratou da temática ambiental. No artigo “A paisagem brasileira”, Lobato dirigiu sua verve crítica ao pintor Wash Rodrigues, por ter afirmado em livro que a paisagem brasileira era “banal”. A culpa seria a formação europeia do artista, que não lhe forneceria técnicas suficientes para pintar a exuberante natureza do Brasil. A partir da declaração de Rodrigues, o autor teceu uma comparação interessante da paisagem natural brasileira e europeia, denunciando o tratamento que o homem lhe conferiu até a época:

A paisagem bravia, a natureza em bruto, despenteada: aqui já domada pelo homem – numa vitória de humo que é o arrasamento de tudo; ali, ainda luta com ele – assumindo aspectos de campo de batalha; além, intacta, defendendo com ferocidade a virgindade milenária e esmagando o espectador com o imprevisto de sua majestade, exige do pintor um pincel mais atrevido e tintas mais enérgicas do que as vezeiras no reproduzir a frizada paisagem europeia onde o homem destruiu quanto era selvaticueza, ordenando-a aos caprichos duma orientação. A paisagem é lá [Europa] a vitória do homem sobre a natureza. Aqui [Brasil] é a luta, cem vezes a derrota, nunca a vitória completa. (...) A pintura brasileira só deixará de ser um pastiche inconsistente quando se penetrar de que é mister *compreender* a terra para bem interpretá-la (LOBATO, 2008, p. 69-71, grifo do autor).

O escritor acreditava na existência de uma “mata virgem, onde o raio de sol nunca despertou da soneria secular os fofos musgos acamados so-

bre os velhos troncos mortos” (LOBATO, 2008, p. 71), dificilmente apreensível pelo pintor que, limitado pela aprendizagem europeia, não conseguia “compreender a terra”. Diegues (1994, p. 11) afirma que “a existência de um mundo natural selvagem, intocado e intocável” faz parte de uma espécie de “reprodução do mito do paraíso perdido, lugar desejado e procurado pelo homem depois de sua expulsão do Éden”. O autor denomina esse fenômeno de “mito moderno da natureza intocada”. No entanto, a “natureza pura” não existe; as chamadas “regiões naturais”, em geral, são resultado da manipulação humana (ELLEN, 1982, p. 14).

Essas concepções se desenvolveram porque a natureza foi percebida pelos homens, ao longo do tempo, a partir de uma perspectiva cristã, em que foi, muitas vezes, associada ao feminino. A natureza se apresentaria como “a imagem da inocência, da pureza, da terra que alimenta, da mesma forma com que a mulher foi também representada no universo cristão” (ACOT, 1992, p. 10). Os elementos naturais estariam inseridos na mãe terra, e a própria “hipótese Gaia”⁷³ seria uma metáfora nesse sentido. No caso da Mata Atlântica, segundo Duarte (2005, p. 40), já havia “inúmeras populações indígenas com práticas agrícolas” antes da chegada dos portugueses. A historiadora cita estimativas que avaliam a existência de 2 a 5 milhões de índios no Brasil em 1500 e, bem humorada, conclui que “o que chamamos hoje de Mata Atlântica poderia ser linda, abundante, esplendorosa (e certamente era)... Mas virgem? Sem chance”.

Euclides da Cunha foi outro importante autor citado por nosso personagem. Segundo Roessler,

o termo “grilo é muito conhecido e remete a uma prática muito antiga de colocar um papel (contendo um tipo de ‘comprovação’ de propriedade) dentro de uma gaveta junto com alguns grilos. O papel, após algumas semanas, passa a ter uma aparência envelhecida em razão dos dejetos daqueles insetos. Com este papel envelhecido pela ação dos grilos, a pessoa visa comprovar a antiguidade de sua ocupação”.

⁷³ A hipótese Gaia foi formulada em 1971 pelos biólogos James Lovelock e Lynn Margulis. Gaia, na mitologia, é “a deusa Terra, a mais antiga e maior do panteão de deuses pré-clássicos” (LOVELOCK, 2006, p. 24). Basicamente, a hipótese considera que “Gaia é o nome da Terra entendida como um sistema fisiológico único, uma entidade que é viva (...), um sistema em evolução, um sistema constituído por todos os seres e o seu ambiente na superfície terrestre, os oceanos, a atmosfera e as rochas da crosta”. A Terra seria um ser vivo. Ciente de que sua teoria era acusada de teleológica, o autor se defendeu afirmando que “novas teorias sempre, e justificadamente, se defrontam com oposições”, e que pensou que a Terra poderia ser viva “não como os antigos a viam, como uma deusa sensível, com propósito e previsão, porém mais como uma árvore”, que mantém relação constante com “a luz solar, o solo, a água e os nutrientes para crescer e se transformar” (LOVELOCK, 2006, p. 12-13).

Os Sertões “devem ser sempre evocados, como advertência luminosa e genial, tracejaram em páginas indelévels a dramaticidade do Nordeste depauperado pela ação satânica dos ‘fazedores de desertos’”⁷⁴. Na primeira parte de *Os Sertões*, A Terra, há um subcapítulo intitulado “Como se faz um deserto”, onde Euclides da Cunha tratou do problema das queimadas⁷⁵. Depois de apresentar dados geográficos, geológicos e climáticos dos sertões do norte, o autor discorreu a respeito da ação de “um agente geológico notável – o homem” – sobre o meio. Para ele, o homem assumiu no decorrer da história o papel de “terrível fazedor de desertos”. Isso começou a partir do legado indígena:

Na agricultura primitiva dos silvícolas era instrumento fundamental – o fogo (...). O aborígene prosseguia abrindo novas roças, novas derrubadas, novas queimadas, alargando o círculo dos estragos (...). Veio depois o colonizador e copiou o mesmo proceder (...). Aliou-se-lhe ao mesmo tempo o sertanista ganancioso e bravo, em busca do silvícola e do ouro. Afogado nos recessos de uma flora estupenda [a mata Atlântica] que lhe escurentava as vistas e sombreava perigosamente as tocaias do tapuia e as tocas do canguçu temido, dilacerou-a golpeando-a de chamas, para desafogar os horizontes e destacar bem perceptíveis, tufando nos descampados limpos, as montanhas que o norteavam, balizando a marcha das *bandeiras* [grifo do autor] (...). Ora, estas selvatiquezas atravessaram toda a nossa história. (...) Imaginem-se os resultados de semelhante processo aplicado, sem variantes, no decorrer dos séculos... Previu-os o próprio governo colonial. Desde 1713 sucessivos decretos visaram opor-lhes paradeiros. (...). É que o mal é antigo. Colaborando com os elementos meteorológicos, com o nordeste, com a sucção dos estratos, com as canículas, com a erosão eólica, com as tempestades subitâneas – o homem fez-se uma componente nefasta entre as forças daquele clima demolidor (CUNHA, 2003, p. 65-68).

Os primeiros a queimarem a floresta foram os indígenas para a prática da agricultura. Pesquisadores encontraram milho numa área de floresta

de galeria em Minas Gerais datado de 3.900 anos atrás (DEAN, 1997, p. 43). O processo da queimada era uma atividade perigosa e problemática. Os primeiros agricultores tinham que perceber o momento oportuno para colocar o fogo; o cálculo devia considerar a previsão do tempo: não poderia ocorrer muito antes nem muito próximo da época das chuvas. Também a intensidade da queima tinha que ser controlada para não eliminar a camada fértil do solo florestal.

Os colonizadores portugueses dependeram dos indígenas para conseguir sobreviver em meio à floresta. Segundo Dean (1997, p. 85), na verdade, não tiveram escolha: tornaram-se aprendizes dos índios. Com eles aprenderam “a armar armadilhas, distinguir vozes de animais, tratar de picadas de cobras, encontrar frutos silvestres e atear fogo na floresta”. Para Duarte (2005, p. 40), é um erro considerar que a devastação da floresta começou com os colonizadores portugueses, porque “os grupos indígenas habitantes das florestas do Brasil, como qualquer sociedade humana, eram culturalmente ativos na ocupação do território e na utilização dos recursos por meio de invenções e do emprego de técnicas, transformando aqueles ecossistemas”⁷⁶. Entretanto, é claro que foi com a chegada dos europeus que o desmatamento se acelerou, pois “as ações dos índios geravam um impacto pequeno e esses recursos acabavam por se renovar” (DUARTE, 2005, p. 43). Afirmar que os indígenas não transformavam o meio cultural, considerando-os como “bons selvagens”, é também ignorá-los como sujeitos: “se os índios são natureza, resta-lhes serem protegidos por nós, assim tentamos fazer com as florestas, os rios, os animais em extinção, etc. Nada que lhes dê o estatuto de agentes de sua própria história e suas próprias lutas” (DUARTE, 2005, p. 40).

Roessler também citou o engenheiro agrônomo Wanderbilt Duarte de Barros, porque de

⁷⁴ ROESSLER. 15-08-1958. Op. cit.

⁷⁵ Sobre o mesmo tema: CUNHA, Euclides. 22-10-1901. Op. cit.

⁷⁶ Worster (2003, p. 28-29) acredita que “deve-se definir um ecossistema como uma entidade coletiva de plantas e animais que interagem uns com os outros e com o ambiente não vivente (abiótico) num dado lugar (...) um ecossistema é um subgrupo da economia global da natureza – um sistema local ou regional de plantas e animais que trabalham em conjunto para criar os meios de sobrevivência”.

monstrou em suas obras “com dados alarmantes, que nos encontramos em marcha batida para o momento em que a civilização brasileira perecerá no deserto, se deixarmos para depois o assunto do reflorestamento”⁷⁷. Barros escreveu diversas obras sobre o assunto, entre elas *Plantas na conservação dos solos brasileiros* e *Parques nacionais no Brasil*. Esta última, escrita em 1946, foi importante porque era “voltada para a discussão desse tema no Brasil e muito influenciou os cientistas e técnicos da época” (MORSELLO, 2001, p. 154). Barros foi diretor do Parque Nacional de Itatiaia (primeiro do gênero no Brasil, criado em 14-06-1937) de 1943 a 1956 e um dos criadores da Fundação Brasileira para Conservação da Natureza – FBCN, uma das mais importantes entidades de defesa ambiental do país, surgida em 1958, no Rio de Janeiro.

Para Barros, o homem precisava concordar, “pela imperiosa condição de sobrevivência”, que suas relações para com a natureza deveriam ter “sentido de integração”, afinal, os recursos terrestres, marítimos e aéreos “constituem-se como poderosas forças de valor para a humanidade”. Esta deveria “arranjar a estrutura das relações e dos interesses humanos mediatos e imediatos, de tal forma que asseguremos a permanência, a durabilidade útil da terra e de suas riquezas – os recursos naturais – em função do bom viver de cada homem e das coletividades que ele forma” (BARROS, 1959, p. 1). Barros defendia que os municípios deveriam utilizar os elementos natu-

rais com responsabilidade para o bem da Nação. Citando Pinchot⁷⁸, Barros (1959, p. 4) baseava suas ideias no conservacionismo “que se desenvolve tendo em mira a acepção central de que conservar um Recurso Natural Renovável é econômica, racional e até sabiamente utilizar bem, por maior soma de anos, em proveito do mais elevado número de homens qualquer das fontes naturais”. A conservação, para Barros, considerava o sentido utilitário da natureza: por esse preceito, o homem deveria manter o recurso natural, observando o aspecto econômico.

Em *Parques Nacionais do Brasil*, Barros (1952, p. 19) afirmou que “todo o movimento de proteção à natureza tem de ser necessariamente intensificado no país. Proteção ao solo, à selva, à fauna; (...) proteção às águas e às minas. É um imperativo para a nossa existência como Nação”. A conservação teria aparecido em consequência da “desastrada atividade do homem no globo contra animais e vegetais”. Assim como o Pe. Balduino Rambo, Barros mostrava-se preocupado com a pequena extensão protegida no Brasil. Na época em que escrevia o livro (1946), havia apenas quatro parques nacionais, enquanto na Argentina – considerada por Barros (1952, p. 21) “nação pioneira na América do Sul nesse empreendimento com a formação em 1903 do Nahuel Huapi Nacional Parque”⁷⁹ – já havia seis, compreendendo áreas mais extensas em hectares do que os parques brasileiros. Comparando com México⁸⁰ e Estados Unidos⁸¹, a diferença era ainda maior. O

⁷⁷ ROESSLER. 15-08-1958. Op. cit.

⁷⁸ O norte-americano Gifford Pinchot (1865-1946), engenheiro florestal formado na Alemanha, criou o movimento de conservação dos recursos, apregoando o seu uso racional. As ideias de Pinchot se baseavam em três princípios: o uso dos recursos naturais pela geração presente; a prevenção do desperdício; e o desenvolvimento dos recursos naturais para muitos e não para poucos cidadãos. Segundo Diegues (1994, p. 24), “essas ideias foram precursoras do que hoje se chama de desenvolvimento sustentável”.

⁷⁹ O Nahuel Huapi fica na região andino-patagônica da Argentina, abrangendo o município de Bariloche. Possui 717.261 hectares de área, com riquíssimas fauna e flora. O parque alcançou sua superfície atual em 1934, com a lei 12.103, a partir da qual se consolidou sua proteção e administração. Disponível em: <<http://www.nahuelhuapi.gov.ar/>>. Acesso em 30-07-2010.

⁸⁰ Segundo Barros (1952), o México, na época, possuía 36 parques nacionais, cuja extensão somava 3.000.000 de hectares, cerca de dez vezes a área protegida no Brasil.

⁸¹ Estados Unidos foi o primeiro país a instituir um parque nacional, em 1872: o Parque Yellowstone. Contendo mais de dois milhões de acres (cada acre possui 4.046 m²), localiza-se nos estados de Wyoming, Montana e Idaho, e é um dos maiores ecossistemas temperados do planeta. Para maiores detalhes sobre os parques norte-americanos, cf. Duncan e Burns (2009).

problema, no Brasil, era que não havia uma cultura de conservação dos elementos naturais; ao contrário, muitos pensavam que a natureza era infinita. O autor acreditava que “os métodos de exploração postos em prática pelos homens foram maus em todos os tempos devido ao conceito de inesgotabilidade dos recursos contidos na terra” (BARROS, 1952, p. 23).

Na revista *Fauna*, de março de 1943, foi publicado um artigo de Agenor Couto de Magalhães⁸², citado por Roessler como “o grande pioneiro, sertanejo e escritor paulista (...) incansável batalhador da proteção à natureza”, que devia sofrer “ao presenciar nas suas viagens o desaparecimento do nosso patrimônio florestal e faunístico”⁸³. Magalhães constatava que “a perdiz e a codorna são as aves campesinas mais perseguidas, pois o homem, o fogo e os animais predadores lhe movem uma incessante guerra de extermínio”⁸⁴. O mesmo autor, em artigo de março de 1942, mencionou a situação da ema: “embora as condições de procriação sejam favoráveis para que aumente, de ano para ano, a sua prole, a perseguição bárbara e sistemática que lhe é movida pelos caçadores desalmados é tal que hoje, onde outrora se viam bandos numerosos desses corredores, não mais os encontramos”⁸⁵.

A revista *Fauna* era uma das fontes de informação para Roessler, assim como *Chácaras e Quintais* e *Caça e Pesca*, pois abordavam temáticas sobre animais, plantas e conservação. Um

texto de Amélia Severi publicado em *Fauna* é interessante por conter expressões que Roessler utilizaria mais tarde, tais como a defesa da coruja, pela utilidade de exterminar ratos⁸⁶. A autora considerava que “os pássaros são mais úteis do que todos os inseticidas de que a ciência moderna se serve na sua defesa (...). As corujas limpam os campos dos ratos e outros pequenos roedores e destroem quantidades incalculáveis de insetos prejudiciais às plantas cultivadas”⁸⁷. Também em *Fauna*, um texto do escritor Aquiles Porto Alegre estava de acordo com essa linha argumentativa, ao considerar que os pássaros, além de dar alegria aos bosques, são “úteis à lavoura, eliminando as lagartas e outros insetos nocivos às plantas, de onde nasce a flor que nos dá perfume, e o fruto que nos alimenta”. O escritor considerava uma “maldade sem nome (...) emudecer a tiro, as sinfonias aladas que o bom Deus espalhou nos espaços para delícia da vida e harmonia da criação”⁸⁸.

Artigos da *Caça e Pesca* também eram lidos por Roessler. Em 1942, depois de três anos como delegado florestal, ele enviou um ofício e uma foto para a revista, os quais foram publicados com muitos elogios ao seu trabalho de fiscalização. O contato foi provocado pela leitura do artigo “Um grito no deserto”, escrito por Fausto Lex, que, nas palavras de Roessler, “fez vibrar uma corda mui sensível em minha alma”⁸⁹. No artigo, Lex mencionava que há mais de trinta anos havia escrito “contra a inépcia e a cegueira

⁸² Agenor Couto de Magalhães nasceu em São Paulo-SP, vivendo de 1895 até 1961. Formou-se na Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Paulo, dedicando-se, no entanto, ao estudo dos peixes. Viajou por todo o Brasil, inclusive pelo rio Araguaia, onde fez contatos com os índios carajás. Foi diretor do Serviço de Caça e Pesca do Estado de São Paulo e um dos fundadores da Sociedade Geográfica Brasileira. PÁDUA, Helcias Bernardo de. Quem foi Agenor Couto de Magalhães e a Da. Iaiá. *Memórias do Itaim*. Disponível em: <<http://www.memoriasdoitaim.com.br/nomederasAgenorIaia.htm>>. Acesso em 08-02-2010.

⁸³ ROESSLER, H. 15-08-1958. Op. cit.

⁸⁴ MAGALHÃES, Agenor. Os homens e o fogo movem uma incessante guerra de extermínio às perdizes e às codornas. *Fauna*. São Paulo, 3/1943, p. 41 (BPUCRS).

⁸⁵ MAGALHÃES, Agenor. O veloz campeiro que ornamenta a nossa fauna campestre deve ser protegido. *Fauna*. São Paulo, 3/1942, p. 10 (BPUCRS).

⁸⁶ Um dos panfletos defendia essa ideia: UPN. *A coruja come rato!* São Leopoldo, s./d. (MVSL).

⁸⁷ SEVERI, Amélia. A implacável destruição dos pássaros prejudica o progresso humano. *Fauna*. São Paulo, 7/1942, p. 32 (BPUCRS).

⁸⁸ PORTO ALEGRE, Aquiles. Os pássaros. *Fauna*. São Paulo, 8/1947, p. 20 (BPUCRS).

⁸⁹ CAÇA E PESCA. Pela preservação do patrimônio natural do Brasil. *Gazetilba*. São Paulo-SP, agosto de 1942, p. 51 (BINAGRI).

de nossa gente, não trepidando em sacrificar, por uma alucinação de lucro imediato maior, o futuro de nossa terra”⁹⁰. O autor lembrava que, já em sua infância, no interior de São Paulo, presenciara incêndios “a devorar enormes extensões de matas, ricas das mais preciosas essências florestais” e concluía, como vimos em Euclides da Cunha, que “desses desmandos há de resultar o deserto”. Lex fora auxiliar do naturalista Hermann von Ihering (pai de Rodolpho, que citamos anteriormente), quando este ocupou o cargo de diretor do Museu Paulista, entre 1894 e 1915⁹¹, e, desde aquela época, interessava-se sobre a temática ambiental. Ele se mostrava indignado com a destruição das florestas, citando um texto lido nos anos 1920, que noticiava um estudo comparativo das reservas florestais de São Paulo e da França. No país europeu, ainda restavam 15% da composição original, enquanto no estado brasileiro, apenas 5%. A devastação maciça ocorrera nos séculos anteriores, não esquecendo que já haviam passado vinte anos da leitura. Além da questão florestal, Lex se mostrava desolado também com a morte de animais nos incêndios, com a situação dos mares e rios. No caso do mar, o problema era o exagero na pesca, que “nem mesmo na sua imensidade, vem escapando aos estragos oriundos da inconsciência com que é explorado, retirando-se dele tudo, sem que se pense na justa recuperação do que perdem”. Os rios sofriam com o desmatamento das matas ciliares e também com o despejo das “imundícies dos esgotos, que roubam [dos peixes] o oxigênio dissolvido (...) e os resíduos altamente intoxicantes dos engenhos e das fábricas, a poluírem suas águas tornando-os incapazes de manter a fauna”. No final do artigo, Lex apelava: “ponhamos um ponto final na nossa displicência”. Porém, ele não acre-

ditava muito em mudanças: o artigo seria “mais um grito no deserto!”⁹².

Roessler terminaria uma de suas crônicas sobre a devastação das matas com mensagem semelhante: “apesar de convencidos que estamos pregando num deserto, não podíamos deixar de dar mais esse brado de alerta” (ROESSLER, 2005, p. 66). É interessante perceber que ambos os autores, mesmo que pessimistas quanto à mudança de atitudes que poderiam provocar, não deixavam de entregar sua mensagem, sentindo-se imbuídos da missão dos profetas, à qual não podiam se esquivar. Comovido com o texto de Lex, Roessler enviou correspondência à Caça e Pesca, em que pedia para o paulista não desanimar, aconselhando-o a seguir seu exemplo – contou que era delegado florestal, falou de sua luta, motivada pelo “entusiasmo e pelo *ideal patriótico* que me impulsiona no combate tenaz contra os inconscientes, irracionais, [obcecados] por fortunas ou criminosos desvairados que tentam destruir as belezas do Brasil [grifo meu]” –, que se tornasse um “combatente ativo, já que possui uma poderosa arma, a sua pena, impulsionada pela lucidez de seu espírito de intelectual”⁹³. Anexa à carta, Roessler enviou a foto de uma pitoresca casa que ele construiu em cima de uma árvore, nas margens do Rio dos Sinos. Tratava-se de uma construção em madeira, armada sobre a forquilha da robusta árvore, no formato de uma casinha para nidificação de passarinhos, só que em tamanho maior, o suficiente para acomodar uma cama onde Roessler e a esposa, Dona Thekla, dormiam no verão. Segundo o editor da revista, a foto “diz eloquentemente do seu amor pelas florestas brasileiras”⁹⁴.

Podemos constatar, pela pequena amostragem de textos exibida acima, que o tema da proteção à natureza era corrente nos anos em que

⁹⁰ LEX, Fausto. Um grito no deserto. *Caça e Pesca*. São Paulo-SP, maio de 1942, p. 28 (BINAGRI).

⁹¹ HERING, Hermann Friedrich Albrecht von. Verbetes. *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)*. Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Disponível em: <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/P/verbetes/iheherm.htm>>. Acesso em 07-11-2010.

⁹² Ibidem.

⁹³ CAÇA E PESCA. Pela preservação do patrimônio natural do Brasil. *Gazetilba*. São Paulo, agosto de 1942, p. 51-52 (BINAGRI).

⁹⁴ Ibidem.

Roessler viveu. Embora uma análise da apropriação da leitura dessas obras por Roessler seja bem difícil, já que ele apenas citou pequenos excertos delas, ou comentou sobre a importância de seus conteúdos, é possível perceber, pelo menos, a semelhança de seu discurso com as manifestações que circulavam na imprensa especializada e em textos mais científicos, utilizando, muitas vezes, as mesmas categorias discursivas. Além disso, podemos constatar nesses escritos características comuns: a visão pessimista do homem, acusado de ser o responsável pela destruição da natureza, bem como uma preocupação com o estado dos elementos naturais que seriam deixados para o futuro. Essa concepção remete ao tratado pedagógico *Emílio*, de Rousseau, cujas implicações

para o campo ambiental foram tratadas por Isabel Carvalho (2001, p. 50-53). Rousseau considerava a “natureza como ideal de perfeição degenerado pela ação humana” (CARVALHO, 2001, p. 50). Podemos perceber na análise dos textos que tanto Roessler como outros autores de seu contexto compartilharam dessa visão de Rousseau.

Outra inferência possível, a partir da análise em conjunto dos textos acima, é o caráter utilitário dos elementos naturais. Em geral, os autores argumentavam que tanto os pássaros, outros animais, como as árvores deveriam ser defendidas por sua utilidade ao homem. Os animais “não úteis” não precisavam de proteção, pois não teriam como servir à humanidade.

4 A proteção à natureza como uma missão

Nesta seção analiso algumas crônicas em que Roessler tratou dos dois problemas ambientais mais graves por ele enfrentados: a questão florestal (desmatamento e ausência de reflorestamento) e a caça, especialmente de passarinhos. Essas duas temáticas são recorrentes em sua coluna no Correio do Povo Rural, dentre outros assuntos também importantes. O foco principal da análise são as ideias em que a produção intelectual de Roessler se baseou.

Em “Bicho estúpido e feroz”⁹⁵, Roessler mencionou que o homem, vindo do macaco chimpanzé, apesar da evolução, “não passa de um animal aperfeiçoado, mas seu livre arbítrio é uma ilusão, pois seu espírito não se desenvolveu como seu corpo, ficando estacionado, como prova o fato de que, apesar da inteligência, suas atitudes quase não diferem das dos brutos”. Com a “evolução da ‘razão do cérebro’” o homem conseguiu desenvolver tecnologias e expandir-se sobre a Terra, “mas todo este progresso foi conseguido pela destruição das riquezas naturais do universo, principalmente a devastação das florestas e o massacre dos animais silvestres, *seus irmãos de origem*” (grifo meu). Roessler tinha uma visão muito pessimista do homem, criticando seu modo de vida prioritariamente urbano, o que levava a um desligamento da natureza. Nas grandes cidades, “formigueiros urbanos dos arranha-céus ou nas malocas imundas dos arrabaldes (...) é um escravo da luta pelo dinheiro, seu supremo ideal de riqueza”. A vida agitada nas metrópoles distanciava o homem do ambiente natural e fazia com que ele se apegasse aos bens materiais, não tendo mais tempo para “cuidar de sua família”, nem de “procurar contato com a *mãe natureza*, que cura

todos os males” (grifo meu). Aqui já aparece uma sacralização da natureza em Roessler, como a mãe de todos os seres, e nós, seus filhos, bem como os animais e plantas, somos todos irmãos.

Demonstrando seu negativismo em relação à humanidade, Roessler citou a possibilidade da bomba, uma ameaça real, que permeou o mundo inteiro durante os anos da “Guerra Fria”, entre 1945 e 1989. Qual prova poderia ser mais convincente do que o desenvolvimento de uma tecnologia para a morte em massa, para corroborar o “atraso mental do homem”?⁹⁶ Outra crônica em que expôs sua visão pessimista do homem foi “Sede de Sangue”⁹⁷. Nela, Roessler reproduziu a “autocrítica de um repórter, possuído de estranha paixão de matar, que numa excursão pelas selvas amazônicas praticou suas infâmias, sem nem sequer respeitar os animais como cria”. Tratava-se da narrativa de um repórter que matou uma família de macacos, a mãe com dois filhos. Influenciado por sentimentos contraditórios, por um lado, o repórter ficou maravilhado com a cena de amor maternal que presenciava, mas, ao mesmo tempo, foi dominado por “um sentimento subalterno, baixo, a cuja força de atração não pôde fugir”, nas palavras do próprio viajante. Ele parecia estar ciente da “baixeza” do ato e da *culpa* no momento mesmo da sua execução, pois mencionou que não o realizaria se estivesse “em normais condições psíquicas”. Roessler aproveitou para relacionar a narrativa do repórter ao problema da caça no Rio Grande do Sul. Casos como o acima relatado, em que a morte do animal ocorria por diversão, sem que se aproveitasse a carne da caça, eram tratados por Roessler como “assassinato”, “barbarismo”, executados por “bandidos

⁹⁵ ROESSLER, H. Bicho estúpido e feroz. CPR, Porto Alegre, 13-10-1961 (AHRS).

⁹⁶ ROESSLER, H. 13-10-1961. Op. cit.

⁹⁷ ROESSLER, H. Sede de Sangue. CPR, Porto Alegre, 15-02-1963 (AHRS).

de tão *satânica* perversidade”, que “fuzilam aves no voo só para vê-las cair; matam passarinhos nos ninhos, quando estão alimentando sua prole” (grifos meus).

Em “Metendo a colher de novo”⁹⁸, Roessler relatou que recebera advertência de “não meter a colher”, por conta de uma crônica anterior⁹⁹, em que denunciou o “desaparecimento de milhares de pinheiros de grande porte, declarados como ‘desvitalizados’ (naturalmente pelo machado) no Parque Florestal de ESPIGÃO ALTO”. Em “Pinheiros desvitalizados”, ele trouxe à tona um esquema de venda de madeira em diversos locais, além do parque do Espigão Alto. Em 1946, o Serviço de Proteção aos Índios solicitou ao Serviço Florestal permissão para cortar 9.000 árvores (cedros e pinheiros), com a justificativa de que estariam mortas, por isso o termo “desvitalizadas”. O Serviço Florestal concedeu a licença, entretanto sabia que não havia tantas árvores “desvitalizadas”; o que ocorreu foi a derrubada de árvores sãs. No ano seguinte, o caso foi denunciado, com abertura de inquérito na Assembleia Legislativa, que acabou não punindo os culpados.

O caráter combativo de Roessler fazia com que recebesse ameaças e pedidos para que não “metesse a colher”. Ele não revelou quem o advertiu, mas se mostrava revoltado com a tentativa de “silenciar a voz orientadora de um velho idealista, pioneiro do Serviço Florestal”. Contudo, a contar pelas cartas de leitores que reproduzia, de vez em quando em suas crônicas, seu estilo era admirado. No mesmo texto, Roessler afirmou ter recebido “uma centena de cartas de apreço”, apoiando sua atitude de denunciar o esquema de venda de madeira – o que demonstrava a boa recepção a suas ideias – e transcreveu o trecho de uma delas, onde o autor, empresário de Santa Maria, oferecia sua “solidariedade por tudo que tem feito e defendido, o que de grande, bom e belo nos deu a *mãe Natureza*” (grifo meu). O leitor referia-se à natureza, assim como o colunista, uti-

lizando uma linguagem religiosa. Num estilo muito próximo a Roessler – talvez incentivado pela leitura dos seus textos – denunciou a derrubada de madeira em Alegrete, de toras de angico com 80 cm de diâmetro, para ser queimada como lenha. Porém, o leitor constatava que “nem tudo está perdido”, ao ler a coluna de Roessler, acreditando na “força poderosa da imprensa, que há de orientar os homens de hoje, comandantes e comandados, para um futuro melhor”. De fato, seus textos tinham alcance estadual (e nacional), através do Correio do Povo.

Em “Pobre juventude abandonada”¹⁰⁰, o tema é a educação dentro da família. A crônica começa lançando algumas questões: “Temos pouco tempo para cuidar de nossos filhos? Por que nossos filhos não mais nos respeitam? Educamos nossos filhos de maneira errada?” Roessler se mostrava preocupado com o fato de que pais e mães trabalhavam fora de casa, deixando os filhos “entregues a si mesmos ou a estranhos”; muitos não frequentavam a escola, tendo que “carregar a *cruz* do analfabetismo durante toda a vida por culpa dos próprios pais” (grifo meu). Quando chegavam em casa, à noite, os pais não tinham interesse e paciência para cuidar ou mesmo conversar com os filhos.

Quando escreveu essa crônica, a indústria no Brasil estava em plena expansão. A mulher estava entrando em larga escala no mercado de trabalho, sua escolarização era crescente nos anos 1950-1960, bem como movimentos feministas começavam a irromper em todo o mundo, formando “em toda a sociedade um caldo de cultura que passou a questionar e desestruturar as relações de gênero vigentes” (MÉNDEZ, 2004, p. 76). Isso provocou a formulação de novas relações entre homens e mulheres, causando reorganização nas famílias e mudanças na educação que os pais transmitiam aos filhos.

Porém, o que mais preocupava Roessler “nesse mau estado de coisas nas famílias [era] a ativi-

⁹⁸ ROESSLER, 12-01-1962. Op. cit.

⁹⁹ ROESSLER, H. Pinheiros desvitalizados, CPR, Porto Alegre, 19-12-1961(AHRS).

¹⁰⁰ ROESSLER, H. Pobre juventude abandonada. CPR, Porto Alegre, 06-10-1961(AHRS).

dade depredadora contra a natureza, praticada por esses grupos de pequenos e inconscientes malfetores”. O problema das fundas para caçar passarinhos foi mencionado como consequência da “incapacidade dos pais de educar”, pois além de descuidarem dos filhos, muitos fabricavam os bодоques para as crianças. Dirigindo-se de maneira implícita aos descendentes de grupos étnicos italianos, Roessler culpava os pais e as mães por diferentes motivos. Os pais, os quais chama de “relaxados” por incentivarem a caça dos passarinhos; as mães, “que ainda sentem um pouco de amor pelos seus filhinhos”, deveriam quebrar, queimar, esconder as fundas, para que não fossem usadas contra as aves. No final, o apelo era dirigido às mães, pais, professoras, homens bem intencionados e policiais para que, “unidos no mesmo ideal”, se conseguisse “sanear essa vergonhosa desmoralização, indigna de um povo civilizado”¹⁰¹.

Em “Milhares de pais nos bancos dos réus”¹⁰², Roessler prosseguiu criticando a “família moderna”. A culpa maior caía principalmente sobre “as mães modernas, que vivem no luxo ou que exercem uma profissão e por isso deixam os filhos sozinhos em casa, os quais, no seu abandono, quase não se diferenciam dos órfãos”. Mas também os pais foram denunciados por “serem muito liberais com seus presentes, porque têm a consciência suja e sentem no seu subconsciente que dedicam muito pouco tempo aos filhos, os criam analfabetos e sem educação”. Esse estado de coisas resultaria em “filhos criados sem amor” e no “aprendizado maléfico que conduz à delinquência [que] começa com o uso das malditas fundas”. Tentando amenizar o caos educacional, Roessler apresentava, no alto da crônica, um de

seus panfletos, intitulado “Fundas não...”. No cartaz, constava um conselho: “Não sejas tão malvado e destruidor!”. Sua intenção era poder enviar 400 mil unidades, uma para cada aluno do estado. Entretanto, devido aos custos de tamanha impressão, ele só conseguiria enviar 30 mil gratuitamente, por isso lançou, nessa crônica, o apelo aos prefeitos municipais do estado “para colaborarem, adquirindo um exemplar do cartaz para cada *discípulo* das Aulas Municipais pelo preço de custo de 1,20 cruzeiros”. Na crônica, contra a inserção da mulher no mercado de trabalho, havia uma crítica de fundo religioso para com os pais, que “descuram-se da *sagrada missão* de bem cuidar o mais precioso bem que Deus confiou à sua guarda. Poderá haver defensores para esses pais?” (grifos meus). A ideia de missão aparece nos textos de Roessler como algo sublime, designado por Deus, da qual não podemos fugir; do contrário, devemos entregar-nos a ela de corpo e alma para sua realização.

A referência à ideia de missão está presente no título da crônica “Missionárias da campanha contra a ignorância”¹⁰³. Citando sentenças de dois membros da Academia Brasileira de Letras, o professor Miguel Couto (“no Brasil só há um problema nacional: A EDUCAÇÃO DO POVO”) e o jurista Rui Barbosa (“O mestre, abaixo de DEUS, é o árbitro do futuro”), Roessler concluiu que “não há nenhuma dúvida: no professorado está o destino da Nação”. Para ele, o magistério era “um sacerdócio executado com humildade e idealismo, abnegação e sacrifício heroicos”. Essa visão sacralizada da docência era comum na época¹⁰⁴; além disso, o discurso pedagógico se assemelha com o discurso religioso, pois ambos são fundamentados na distância entre quem fala e

¹⁰¹ Ibidem.

¹⁰² ROESSLER, H. Milhares de pais nos bancos dos réus. CPR, Porto Alegre, 27-07-62 (AHRs).

¹⁰³ ROESSLER 13-06-63. Op. cit.

¹⁰⁴ Guacira Louro, ao analisar a questão, percebe que, no Brasil, “a tendência em considerar o magistério de primeiras letras adequado à mulher iniciou-se nas primeiras décadas do Império (...) continuou e fortaleceu-se nos anos seguintes, estendendo-se pelo período republicano” (LOURO, 1989, p. 34-35). O magistério seria mais apropriado à mulher, porque envolve cuidado de crianças: o papel de professora é uma extensão do papel de mãe. É uma tarefa que “deve ser abraçada por aquelas que têm vocação; supõe uma doação, [o que leva a] certa desconsideração do salário, ou seja, o magistério é praticamente um sacerdócio” (LOURO, 1989, p. 35-36). O discurso de Roessler remetia a uma construção histórica que considerava o magistério uma profissão feminina.

quem ouve. Segundo Orlandi (1983, p. 9), o discurso pedagógico é um discurso autoritário, inserido em hierarquias sociais/escolares; ele ocorre no âmbito da instituição e através do professor, que é quem fala o saber.

Em “Religião e natureza”¹⁰⁵, tratando da caça aos passarinhos, criticou veementemente os passarinheiros, os quais denominou “desprezíveis” e “elementos perniciosos”, que “trazem no sangue e na alma a herança de muitas gerações de antepassados, o milenar hábito de matar, para comer, as inocentes avezinhas, que enfeitam a natureza e que prestam inestimáveis serviços à agricultura”. Roessler se mostrava cético quanto à educação dos adultos, pois estes, mesmo ouvindo o padre dizer na missa que passarinho não é caça, não mudavam seus hábitos. Por isso ele apostava na infância e juventude da época, através do “único Poder capaz de salvar a nossa malograda fauna (...) o sentimento religioso do povo, para o qual agora vamos apelar”. A ação educativa devia aliar família e escola, sempre priorizando as figuras femininas, mães e professoras. As primeiras deveriam “*inculcar no espírito dos filhos que vai contra a lei divina*” maltratar “as indefesas criaturas de Deus”. Já “na escola, a proteção à natureza será mais profundamente compreendida se for considerada como problema religioso”. Também pode o sacerdote ou o mestre “*impregnar indelevelmente na alma do aluno* a noção de que a natureza e seus indefesos seres são obra de um sábio e onipotente Criador” (grifos meus) e que destruir “essa obra divina é um PECADO CONTRA DEUS”. Percebe-se aqui uma concepção educativa que considera o professor um agente transmissor de conhecimentos ao aluno. Frederico Carlos Hoehne¹⁰⁶, um dos autores estudados por Franco e Drummond (2009), tinha ideias semelhantes às de Roessler.

Hoehne foi um dos fundadores da entidade Amigos da Flora Brasílica, em 1939, e, divulgando-a, dirigia-se também aos professores:

aos nobres e beneméritos educadores, mestres de escolas, aos que têm o encargo de *dirigir* as mentes da geração entrante. Sim, queremos recomendar-lhes que evitem esforços no sentido de *criarem* os nobres sentimentos nessa gente que vem vindo, nesses homens e mulheres que se vão fazendo, *incutindo* à juventude *os deveres sagrados da defesa da natureza brasílica*, com a fiel obediência aos códigos e às leis que foram criadas para esse mesmo objetivo. E tudo isso para que vejamos surgir um sintoma de verdadeira brasilidade... (HOEHNE, 1947, p. 107 apud FRANCO; DRUMMOND, 2009, p. 203, grifos meus).

Utilizando termos afins como “incutir”, “impregnar”, “dirigir”, Roessler e Hoehne partiam da mesma concepção educativa. Trata-se da pedagogia diretiva, que, através de uma epistemologia empirista – repetição dos conhecimentos em sala de aula –, é fundamentada na transmissão do conhecimento do professor para o aluno, “uma folha de papel em branco”, “tabula rasa” (BECKER, 2001, p. 16-17). A relação professor/aluno é hierarquizada verticalmente, o professor está acima do aluno – algo similar ao que podemos encontrar no “discurso religioso”. No Brasil, a pedagogia diretiva está relacionada com os pareceres de Rui Barbosa, de 1882 e 1883, e com a Reforma de Benjamin Constant, de 1890, influenciada por princípios de orientação positivista (VIEIRA; GOMIDE, p. 3.840-3.841).

Além disso, Roessler e Hoehne baseavam-se em uma concepção sacralizante da natureza: defendê-la era um dever sagrado. Ambos não possuíam formação científica, eram autodidatas; no entanto, o primeiro, apesar de bem informado sobre questões ambientais, agia como um soldado, em sua função policial de “Delegado”; já o se-

¹⁰⁵ ROESSLER, H. Religião e natureza. CP, Porto Alegre, 01-08-1958 (MCSHJC).

¹⁰⁶ Assim como Roessler, Hoehne (1882-1959) era descendente de imigrantes alemães. Nasceu em Juiz de Fora-MG e, aos 25 anos, foi nomeado jardineiro-chefe do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Participou de inúmeras expedições de pesquisa em todas as regiões do país, como botânico, realizando a coleta de espécies. Assumiu vários cargos públicos durante a vida, em órgãos do governo voltados para a área. Escreveu mais de seiscentos artigos científicos e de divulgação sobre as plantas coletadas em suas viagens, desmatamento, reflorestamento, introdução de plantas exóticas, agricultura, etc., e também “contribuiu com muitas outras produções, como palestras, conferências, livretos para crianças e textos diversos de circulação restrita” (FRANCO, DRUMMOND, 2009, p. 166).

gundo estudou profundamente as plantas, lia livros especializados sobre o assunto e constituiu uma coleção de botânica importante, tornando-se “um perito consultado por amantes e estudiosos de plantas” (FRANCO; DRUMMOND, 2009, p. 164). Roessler não chegou a pensar a proteção à natureza como caráter definidor da “identidade nacional”, da “brasilidade”, pelo menos não de forma declarada. Os dois autores possuíam uma verve altamente patriótica: cuidar da natureza, o tesouro sagrado da Pátria, era colaborar com seu progresso, e somente a educação – por isso a importância da escola e dos professores – poderia reverter o quadro de descaso para com os elementos naturais, formando cidadãos conscientes da importância de sua proteção. Ou seja, era o futuro da nação que estava em jogo.

Roessler acreditava estar à frente de uma “campanha moralizadora” que, para obter sucesso, precisava do apoio “das Classes Educadoras (...) somente assim, numa *ação conjunta, educativa e repressiva* poderemos evitar o aniquilamento total dos animais silvestres” (grifos meus)¹⁰⁷. A ideia de união – ação conjunta – aparecia já no nome da entidade que criou: União Protetora da Natureza; a educação era essencial para atingir o maior número possível de crianças e jovens; a repressão era necessária para coibir os alunos a não repetirem as ações de seus pais.

Em “Assassinos de inocentes”¹⁰⁸, descrevendo os métodos que eram utilizados para obter os sabiás, ele considerava que “nem o diabo poderia inventar piores suplícios do que estes gerados no cérebro de certos desequilibrados mentais” (grifo meu). Roessler não conseguia entender “o extermínio em grande escala dos utilíssimos passarinhos insetívoros e canoros, protegidos por lei (Código de Caça), indispensáveis à agricultura”, por “um povo civilizado e religioso”. Entretanto, nem todos os imigrantes italianos eram católicos (COSTA, 2007, online). Além disso, o fato de ser católico – ou praticante de qualquer religião – não poderia garantir o respeito às leis. É muito provável que a condição religiosa não interferisse na prática da caça¹⁰⁹. Havia descendentes de imigrantes italianos – e de outros grupos étnicos – que caçavam passarinhos, independentemente da crença professada.

No final do texto, Roessler mencionava que, apesar das dificuldades, da “recalcitrância”, continuaria a pregar seu “ideal, até que o povo transviado, empedernido, adote como *religião a proteção à natureza*” (grifos meus). Parece-me que esta frase resume como ele via seu trabalho de proteção à natureza: um ideal, uma religião, uma missão. Roessler assumiu para si essa tarefa, especialmente nos últimos anos de vida, com a fundação da UPN como principal objetivo de sua existência.

¹⁰⁷ ROESSLER. 01-08-1958. Op. cit.

¹⁰⁸ ROESSLER, H. Assassinos de inocentes. CPR, Porto Alegre, 12-04-1963 (AHRs).

¹⁰⁹ Entre a norma e a realidade há um intervalo, que pode ser grande. Nesse ponto, as observações de Malinowski sobre costumes nativos são válidas também para sociedades complexas: “Ao desentranhar as regras e regularidades dos costumes nativos, e ao inferir para eles uma fórmula precisa, a partir da coleta de dados e das declarações dos nativos, descobrimos que esta precisão mesma é estranha à vida real, a qual nunca se prende rigidamente a quaisquer regras” (MALINOWSKI, 1990, p. 54).

5 Sacralização da natureza e nacionalismo

Há uma série de categorias discursivas marcantes nos textos de Roessler, as quais grifei em itálico, destacando-se: *irmãos de origem, mãe natureza, satânica, diabo, discípulo, cruz, sacerdócio, missão*. Essas categorias fazem parte do discurso religioso que, segundo Orlandi (1983, p. 218), é “*aquele em que fala a voz de Deus: a voz do padre – ou do pregador, ou, em geral, de qualquer representante seu – é a voz de Deus*” (grifos da autora). Em nosso caso de estudo, Roessler é esse representante divino, que quer transmitir aos seus contemporâneos a importância de proteger a natureza, como obra de Deus.

Caracterizando o discurso religioso, Orlandi (1983, p. 218-219) percebe um

desnívelamento fundamental na relação entre locutor e ouvinte: o locutor é do plano espiritual (o Sujeito, Deus) e o ouvinte é do plano temporal (os sujeitos, os homens) (...) O locutor é Deus, logo, de acordo com a crença, imortal, eterno, infalível, infinito e todo-poderoso; os ouvintes são humanos, logo mortais, efêmeros, falíveis, finitos, dotados de poder relativo. Na desigualdade, Deus domina o homem.

Há, portanto uma desigualdade na relação entre locutor e ouvinte, uma assimetria que não é reversível, pois o homem não pode ocupar o lugar de Deus. Por isso a importância da interlocução, através do discurso religioso utilizado por um representante “Dele”. Roessler, inclusive, utilizou letras maiúsculas, em várias crônicas, ao nomear DEUS, talvez para, além de destacar simplesmente, marcar essa desigualdade: a superioridade divina frente ao homem.

Roessler era descendente de imigrantes alemães e foi batizado na religião de sua mãe, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB, crença que seguiu durante toda a vida. Porém, a família do pai era católica, e ele estudou durante três anos no Ginásio Conceição, a primei-

ra instituição educacional criada e mantida por padres jesuítas no Rio Grande do Sul. Acredito que Roessler tenha recebido influências das duas igrejas: de um lado, o protestantismo da mãe, de outro, o catolicismo jesuíta no Conceição; no entanto, as duas crenças estão amparadas no cristianismo e na ideia de missão.

Na igreja evangélica protestante, era parte da doutrina o envio de missionários para converter mais pessoas à crença. De acordo com Link (2008, p. 251), os imigrantes que aqui chegaram possuíam variada identificação sociorreligiosa, tais como livre-pensadores (sem identificação religiosa) e protestantes (luteranos, reformados, menonitas). A religião protestante foi importante para os alemães; muito além do sentido de confissão religiosa, foi elemento de constituição da própria identidade dos imigrantes. Tanto a religião como a língua possibilitaram “um jeito de ser alemão” (MEYER, 2000, p. 76). A IECLB, por exemplo, só nacionalizou-se com a Segunda Guerra e com o Estado Novo (DREHER, 1993, p. 130).

É possível perceber, no discurso religioso de Roessler, a utilização de um imaginário de cunho sagrado, a exemplo do verificado por Alcir Lenharo (1986) para a configuração política do Estado Novo. Tanto a propaganda como o discurso político, empresarial e intelectual produzidos naquele contexto estavam impregnados de imagens cristãs (católicas). Uma das estratégias, no mundo do trabalho, foi a entronização da imagem de Cristo crucificado nas fábricas paulistas proposta pelo arcebispo de São Paulo à Fiesp e aceita pelos empresários como instrumento capaz de conciliar as classes (LENHARO, 1986, p. 170-171). No âmbito familiar, setores da Igreja consideravam o trabalho da mulher “fora do lar” um “flagelo social”, pois a emancipação feminina poderia levar à destruição da família (LENHARO, 1986, p. 183-184). Como

vimos, Roessler compartilhava dessa concepção. No plano maior, a Nação era erigida como objeto religioso “a quem se venera, a quem são dirigidas as preces cotidianas”; a Nação era um corpo único (metáfora do corpo de Cristo: a cabeça, o comandante – Vargas; o corpo era o povo, os comandados) com duas naturezas, religiosa e social (LENHARO, 1986, p. 191).

Outra questão importante apreendida por Lenharo, que pode ser extensível ao discurso religioso de Roessler, é o “agulhão da culpa”. Baseado em Elias Canetti, o autor adapta o dispositivo “agulhão-ordem”¹¹⁰ que move a obediência militar à advertência religiosa de “não pecar”:

Sua infração acarreta o agulhão da culpa. O debelamento do agulhão só se torna possível com o acatamento da ordem, que repercute inevitavelmente no arrependimento e no respeito à Ordem estabelecida. Enquanto dispositivo de dominação, este aqui denota tanta ou maior eficácia, pois a expulsão do agulhão só pode ser alcançada através do perdão da autoridade religiosa, ficando a consciência da vítima do agulhão-culpa diretamente subordinada a ela (LENHARO, 1986, p. 201).

A advertência de Roessler de que destruir a natureza, obra divina, é “um pecado contra Deus” se insere perfeitamente no “agulhão-culpa”. A partir de um impulso negativo (ordem proibitiva de não pecar), funda-se a culpa na consciência de quem se arriscar a não obedecer. Por isso a ênfase na educação repressiva e na impregnação da ideia sagrada da natureza nas mentes infanto-juvenis. Articulado a ameaça da culpa com a divinização dos elementos naturais, Roessler tentava refrear a destruição ambiental no futuro.

Em escala bem menor, obviamente, nas campanhas de Roessler, ocorre algo semelhante ao verificado por Lenharo para o Estado Novo, na utilização de imagens “caras ao imaginário religioso e católico do povo brasileiro” (LENHARO, 1986, p. 194). Entre elas, podemos destacar a ideia

de natureza como “mãe”, que remete à Nossa Senhora, e por isso deve ser venerada. Além disso, a referência às práticas satânicas, ao “diabo”, parece ter a intenção de provocar o medo e a culpa na consciência dos transgressores. É também uma ameaça: se a pessoa cometer pecado contra a obra divina, irá para o inferno, pois destruir a natureza é uma prática diabólica.

Para Roessler, os “princípios de bondade, amor e compaixão com os irracionais” deveriam ser inicialmente “instilados nos corações das crianças desde a primeira infância” no lar e, mais tarde, na escola, pois aos professores “cabe a sublime missão de continuar a grande obra de formação do caráter da juventude”¹¹¹. Dessa forma, os jovens aprenderiam a compreender as necessidades de carinho e proteção dos animais, que “Deus colocou no mundo para servir à humanidade, até com sacrifício de suas vidas”. Bem influenciados pelos “pais e mestres e o ensino religioso”, abster-se-ão de “atos de brutalidade, destruição e de pecados”¹¹². Tratar mal os animais era pecado (que provocava a culpa); isso poderia ser evitado com um trabalho educativo e religioso, pelo qual pais e professores deveriam ser os responsáveis.

É interessante a noção de que Deus colocou os animais no mundo para servir o homem. Em diversas passagens dos textos de Roessler, podemos constatar uma visão utilitarista da natureza. Quando ele clamava por reflorestamento, por exemplo, seus argumentos eram econômicos (como no livro de Mansueto Koscinski), ou quando foi contra a caça dos passarinhos, a justificativa era o “prejuízo à agricultura”, pois os passarinhos comiam muitas pragas e insetos que atacavam as lavouras (semelhante a von Ihering). Do mesmo modo, quando protestava contra a matança de alevinos nas bombas de sucção nas fazendas de arroz, sua explicação era que, por

¹¹⁰ “Toda a ordem compreende um impulso, de quem o emite, e um agulhão, de quem o recebe”. O agulhão penetra fundo; em situações similares a que foi emitida, a ordem será expulsa num novo impulso e criará um novo agulhão. “Todo aquele que acatou uma ordem conserva sua resistência como agulhão, como espinho dentro de si, um duro cristal de rancor. Conseguirá desfazer-se dele somente quando vier a emitir uma ordem semelhante” (LENHARO, 1986, p. 199).

¹¹¹ ROESSLER, H. Educação do coração. CPR, Porto Alegre, 26-04-1963 (AHRS).

¹¹² Ibidem.

conta disso, ocorria um prejuízo à economia popular, pois muitos peixes que poderiam saciar a fome de pessoas carentes eram mortos para virar adubo e alimento na criação de porcos (ROESSLER, 2005, p. 164-166). Parece-me que, para ganhar adeptos às suas campanhas, Roessler precisava reforçar, além do valor intrínseco, o aspecto utilitário da natureza; só por beleza estética, ou por amor, sua proteção não teria legitimidade perante a sociedade da época, que, pelo que foi possível perceber nos documentos analisados em minha dissertação de mestrado, considerava-a um bem religioso, mas também uma riqueza a serviço da Pátria.

O discurso patriótico, nacionalista, foi característico dos anos 1930-1964 no Brasil. Naquele contexto, ser nacionalista não era uma opção ideológica e política de conteúdo unívoco e os conceitos nação, nacionalismo e nacionalista tornaram-se rótulos designadores de realidades diversas entre si. O nacionalismo configurou-se inicialmente como uma ideologia de Estado, durante os anos em que Getúlio Vargas governou, e esteve presente no projeto desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, assim como nas reformas propostas por João Goulart. Com o tempo, o discurso nacionalista influenciou, além da esfera política, as discussões nos partidos, sindicatos, associações de intelectuais, estudantes e militares (MOREIRA, 1998).

Em conferência pronunciada na instalação do Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores, em 1946, o educador Fernando de Azevedo (2005, p. 122) mencionou que “o mais seguro dos oráculos é defender sua Pátria”. Ao enfatizar que “a Pátria está sendo afogada na miséria pelo desflorestamento”¹¹³, e que “o malbaratamento dos nossos recursos florestais é um processo espoliativo, condenado pelos verdadeiros patriotas”¹¹⁴, Roessler articulava o discurso nacionalista com o protecionista. Alertar da necessida-

de de proteger a natureza era o dever de todo o cidadão que se preocupava com o futuro da Pátria. Esse era o tom do discurso de sua época.

A crônica “Como outros pensam sobre ‘passarinheiros’”¹¹⁵ é interessante porque revela um pouco da recepção do discurso de Roessler entre seus contemporâneos. Ele ocasionalmente reproduzia trechos das correspondências que recebia de seus leitores na sua coluna semanal. No entanto, é provável que transcrevesse apenas aquelas com as quais tinha afinidade, que tivessem opiniões favoráveis sobre sua campanha de proteção à natureza.

Charles Martindale, ao estudar a teoria da recepção, enfatiza a multiplicidade de leituras que podem ser realizadas a partir de um texto; cada pessoa aproxima a leitura dos textos com sua bagagem de valores e experiências, com categorias, preconceitos, suposições construídas ao longo da vida. Para Martindale (1993, p. 11), “*each interpretation has its own precision; each interprets what it sees as the significant data*”¹¹⁶.

Duas professoras escreveram ao nosso personagem com sugestões para acabar com a caça de passarinhos. A primeira professora, em uma “comovente carta”, segundo Roessler, relatou que era das que

amam, admiram e não se cansam de descobrir as maravilhas que DEUS nos deu: os pássaros, as árvores, as flores, os animais, tudo que encanta (...) são inocentes, sem defesa, e por isso os protejo. (...) Eu não posso compreender como os homens sentem prazer em caçar; só posso atribuir ao instinto atávico, é a única desculpa. (...) O que será que falta aos homens para se melhorarem? Religião? A religião é boa, os homens é que não a assimilam. Conselhos? Exemplos? Instrução? Educação? Bondade? Não sei. Mas acho que o nosso povo precisa de instrução, cultura – começar no lar o amor à natureza; continuar na escola e pela vida afora, sempre se martelando... amem, amem, amem: não se precisa mais do que isto: amar a natureza!¹¹⁷

¹¹³ ROESSLER, H. Pinheirinhos de Natal. *CPR*. Porto Alegre, 10-03-1961(AHRS).

¹¹⁴ ROESSLER. 25-01-1963. Op. cit.

¹¹⁵ ROESSLER, H. Como outros pensam sobre ‘passarinheiros’. *CPR*. Porto Alegre, 15-06-1962 (AHRS).

¹¹⁶ “cada interpretação tem a sua precisão; cada um interpreta aquilo que julga ser significativo”.

¹¹⁷ ROESSLER. 15-06-1962. Op. cit.

Como podemos observar, o discurso da professora possuía elementos religiosos, semelhante ao do próprio Roessler. Os dois discursos partiam de uma concepção de educação tradicional e da natureza como obra divina, idealizada, cuja fragilidade precisava ser protegida pelo homem, comum nos textos do início do século XX. O problema é que o homem parecia não querer cumprir a *missão* que Deus lhe havia confiado.

A segunda professora sugeria “lições de civismo e moral, instruções sobre os benefícios que nos prestam esses passarinhos, devorando as larvas de insetos dos nossos pomares, hortas e plantações”, assim como “a criação de ‘Clubes dos Amigos da Natureza’, com aulas bem orientadas e dirigidas”. Também essa leitora acreditava na educação, como Roessler. Aqui podemos verificar uma difusão do discurso da proteção à natureza na sociedade. As educadoras reproduziram o que, provavelmente, leram nas crônicas dele, que já recomendavam a articulação entre educação e religião desde 1957. As manifestações das professoras revelam que o discurso de Roessler era bem aceito (pelo menos entre uma parte da população), ao reproduzi-lo.

Na crônica “Sobrevivência da Humanidade ameaçada” (ROESSLER, 2005, p. 65-66), Roessler se mostrou preocupado com a fome no mundo. Ele previu que, em 2000, haveria seis bilhões de habitantes no mundo, aumentando a pressão por alimento. No entanto, perdia-se ano a ano espaço para agricultura, com o esgotamento da fertilidade do solo, aumento das cidades, alargamento das estradas, maiores campos de treinamento militar, novos campos de aviação, etc. Para ele, “a Humanidade, encabeçada pelos seus dirigentes, todos movidos pelo egoísmo e materialismo, empenhada na caça ao dinheiro e posições, ignora ou não quer ver a gravidade nesse problema supremo da sobrevivência”. Roessler se colocava na posição de profeta, de pregador, alertando a população da seriedade desse proble-

ma, que colocava em risco a sobrevivência da espécie humana: “apesar de convencidos que estamos *pregando* num deserto, não podíamos deixar de dar mais esse brado de alerta” (ROESSLER, 2005, p. 66, grifo meu).

“A verdade sobre o problema florestal”¹¹⁸ foi o texto mais longo escrito por Roessler, dividido para ser publicado em quatro semanas no jornal. Essa crônica contém, no final, um vaticínio catastrófico, talvez numa referência ao Apocalipse bíblico, permeado de religiosidade:

CARO LEITOR – Tenha reverência e piedade das árvores e animais silvestres. Consulte seu coração, que lhe dirá que deve auxiliar na sua proteção. Prontifique-se a colaborar desde hoje mesmo. A recompensa divina pelo que fizer pelos indefesos não tardará. Se realmente estiver impedido, faça pelo menos uma prece pela natureza moribunda, pedindo que o Onipotente misericordioso modifique a mentalidade depredadora do nosso povo, salvando-o do inferno certo que cobrirá a terra¹¹⁹.

Roessler assumia uma postura de profeta, ao prever “o inferno certo que cobrirá a terra”. Essa imagem de profeta também está presente nas lembranças de Vinícius Bossle:

eu tenho impressão, prá mim, que *ele achava que era um predestinado*. Essas pessoas meio profetas (...). Ele era uma pessoa alta, rosto meio ascético, cabelo meio repartido, falava pouco, e ia a todos os colégios para plantar uma árvore. No dia da árvore, ele escolhia o colégio e ia, ele tava permanentemente em atividade, *era o sacerdote mesmo dele*. Era a missão que ele tinha pra cumprir, e acho que cumpriu, né? (...) *o trabalho dele era o evangelho* (...). Foi pra África dele. *Cumpriu uma missão*. Trabalho de missionário, *missionário da natureza*. Fez, se projetou, realizou e se revelou no trabalho dele. Por isso a minha opinião, ele aprendeu com a natureza (...). Pra amar tanto a natureza como ele amava, tem que estar em contato, tem que viver com ela¹²⁰.

O jornalista percebeu que o trabalho pela natureza era algo que o próprio Roessler atribuía a si mesmo: seu maior dever, encarado como uma missão de vida, um “sacerdócio”, um “evangelho”, atitudes típicas de um “profeta”, de um

¹¹⁸ ROESSLER. 15-08-1958. Op. cit.

¹¹⁹ Ibidem.

¹²⁰ BOSSLE. Op. cit, grifos meus.

“predestinado”, e – por que não? – de um “pioneiro”. A “África de Roessler” foi a batalha diária para proteger a natureza, mas, se pudesse localizar no mapa, diria que a “África dele” ficava na região nordeste do Rio Grande do Sul, mais especificamente nas cidades que receberam colonização de diversos grupos étnicos italianos.

Roessler, dessa forma, apresentava-se como o interlocutor entre Deus e “os outros sujeitos”, alertando sobre o mau uso dos elementos

naturais e, ao mesmo tempo, visando reprimir as contravenções. Para que sua mensagem fosse compreendida, utilizava símbolos religiosos, sacralizando a natureza, e apelava para o argumento do “pecado contra Deus”: o homem que agisse bem seria recompensado, amparado; o que atuasse mal não seria salvo do inferno. Além disso, quem protegesse a natureza estaria prestando um grande serviço à Pátria.

6 Conclusões

Podemos perceber, portanto, que o discurso de Roessler estava afinado com o de seus contemporâneos. A discussão sobre a proteção da natureza estava presente em várias instâncias da sociedade; além de publicações especializadas, de acesso restrito, o tema era tratado no discurso político e na imprensa – local e nacional. Talvez, naquele contexto, faltasse alguém que conseguisse traduzir as informações sobre o assunto para o grande público, de forma acessível, comovente e, muitas vezes, apaixonada, o que Roessler conseguiu suprir muito bem. Associando a proteção da natureza a argumentos patrióticos, sacralizantes e educativos, ele ganhou a simpatia de uma parcela da população, leitores do *Correio do Povo* em geral, professores, agricultores, religiosos, etc.

Para Roessler, bem como para muitos dos autores lidos por ele, o grande causador da destruição da natureza era o homem. Priorizando o ganho econômico, o lucro, o homem se esquecia de que sua sobrevivência dependia de uma boa relação com os elementos naturais. Roessler acreditava que os adultos estavam perdidos, devido às suas práticas abusivas e “recalcitrantes”, mas as crianças e jovens poderiam ser diferentes, se suas mentes fossem moldadas para cuidar da natureza, através da educação. Sua ênfase em uma educação com fundo moral, começando na família e continuada na escola e na igreja, era, em sua opinião, a melhor alternativa para garantir o futuro da nação, salvando sua maior riqueza: a natureza.

Nos textos de Roessler foi possível constatar a importância do discurso religioso, sacralizante, para compreendermos como ele encarava seu trabalho de proteção à natureza: uma missão. Roessler sentia-se um missionário, um profeta, que fazia a intermediação entre a natureza – criação divina e o homem. Além disso, promover a proteção à natureza era um dever patriótico de

todo o cidadão, pois estaria defendendo as maiores riquezas do Brasil: sua fauna, flora, rios e minérios. Essa noção era usual na primeira metade do século XX, nos textos jornalísticos, literários, oficiais e acadêmicos. Os professores eram elementos-chave no projeto educativo-ambiental da UPN, pois eram responsáveis pela formação dos futuros cidadãos, que deviam ser “ensinados” a cuidar dos “recursos naturais” da Pátria.

Impulsionado primeiramente pela legislação ambiental publicada a partir de 1934 e influenciado pelas leituras realizadas, pelo romantismo alemão, pelas posições que ocupou em sua trajetória (nos cargos federais vinculados ao Ministério da Agricultura e, depois, como presidente da UPN), o trabalho de Roessler era calcado na educação, no nacionalismo e no discurso religioso. A tensão entre esses três elementos resultaria no cidadão consciente, capaz de manejar com sabedoria os elementos naturais, evitando seu esgotamento.

Tentando articular os referenciais da história das ideias com os da história ambiental, penso que a maior das intenções de Roessler, como intelectual e autor, foi divulgar a proteção à natureza no Rio Grande do Sul. Para isso, a partir das concepções correntes no contexto em que viveu, escreveu de maneira simples e direta, alardeando seu projeto protecionista. Compartilhou das percepções sobre natureza formuladas por autores contemporâneos, de que ela era, além do maior patrimônio da nação, uma criação divina, frágil, indefesa, e por isso merecia muito ser protegida. Não chegou a formular a proteção à natureza como um projeto de identidade nacional. Sua proposta era nacionalista, porém mais preocupada com a sobrevivência das gerações futuras. Por isso apostava tanto na educação a partir de uma perspectiva tradicional, diretiva.

Utilizando-se de concepções de sua época, assimiladas através da leitura da legislação, de textos técnicos, literários e da imprensa (especialmente revistas de divulgação, como vimos), aliados à doutrina religiosa, Roessler formulou sua ideia de natureza. Eram noções presentes no seu campo de possibilidades; ele as escolheu, recorreu e organizou para fazerem parte de seu discurso, de seu projeto. O mérito de Roessler foi recolher os elementos que estavam circulando “por aí”, e organizá-los de forma mais facilmente inteligível para tratar os problemas ambientais que atingiam o Rio Grande do Sul, nos anos 1939-1963. Acredito que a natureza para ele era algo como uma representação divina; um presente que Deus criou para que os humanos pudessem garantir sua sobrevivência. Roessler, o profeta, sentindo-se imbuído de uma missão, tentava

educar e convencer as pessoas de que o grande problema era que se deixaram corromper pelo egoísmo e ganância; caíram no pecado de abusar dos elementos naturais da pátria, causando o desequilíbrio destes.

Através da utilização de símbolos religiosos, com ênfase na ameaça do pecado, dava-se a sacralização da natureza, o que, aliado com referências patrióticas, conferia legitimidade à produção discursiva de Roessler para que suas ideias pudessem ser aceitas e assimiladas por parte de seus contemporâneos por meio da educação. Dessa forma, ele acreditava contribuir para que a proteção à natureza não fosse encarada como apenas “sonhos de visionários”, mas como uma das “grandes realizações da Humanidade” (ROESSLER, 2005, p. 85).

Referências

- ACOT, Pascal. A natureza da humanidade. *Ciência & Ambiente*. Santa Maria, Ano III, n. 5, jul./dez. 1992.
- ARAÚJO, Aldo Mellender de. Balduino Rambo e a busca de um entendimento da natureza. In: RAMBO, Arthur Blasio, GRÜTZMANN, Imgart, ARENDT, Isabel. *Pe. Balduino Rambo – A pluralidade na unidade*. Memória, religião, ciência e cultura. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2007.
- ARENDT, Isabel, CHRISTOFF, João Carlos. Pe. Balduino Rambo, SJ: Patrimônio em boas mãos. In: *VII Mostra de Pesquisa: Produzindo História a partir de fontes primárias*. Porto Alegre: Corag, 2009.
- ATTFIELD, Robin. Cristandade. In: JAMIESON, Dale. *Manual de filosofia do ambiente*. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.
- AZEVEDO, Fernando. O nacionalismo e o universalismo na cultura. *Revista brasileira de estudos pedagógicos*. Brasília, vol. 86, n. 212, jan./abr. 2005.
- BARROS, Wanderbilt Duarte. A conservação dos recursos naturais e o município. *Revista Brasileira dos Municípios*, n. 45/46, ano XII, jan./jun. 1959.
- BARROS, Wanderbilt Duarte. *Parques nacionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1952.
- BAUMER, Franklin. *O pensamento moderno europeu*. Volume II (séculos XVIII e XIX). Lisboa: Edições 70, 1970.
- BECKER, Fernando. *Educação e construção do conhecimento*. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- BINKOWSKI, Patrícia. *Conflitos ambientais e significados sociais em torno da expansão da silvicultura de eucalipto na “Metade Sul” do Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). UFRGS, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BRASIL. Decreto nº 23.672, de 2 de janeiro de 1934. Código de Caça e Pesca. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=15601&norma=30625>>. Acesso em: 17/10/2010.
- BRASIL. Decreto n. 23.793, de 23 de janeiro de 1934. Código Florestal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D23793.htm>. Acesso em 28 dez. 2010.
- BRASIL. Decreto-Lei n. 24.643, de 10 de julho de 1934. Código de Águas. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d24643.htm>. Acesso em 29 dez. 2010.
- BRASIL. Decreto-Lei n. 982, de 23 de dezembro de 1938. Cria novos órgãos no Ministério da Agricultura, reagrupa e reconstitui alguns dos já existentes e dá outras providências. Cria o Serviço Florestal. Disponível em: <<http://extranet.agricultura.gov.br/sislegis-consulta/consultarLegislacao.do?operacao=visualizar&id=16875>>. Acesso em 10 jan. 2010.
- BRASIL. Lei n. 1.711, de 28 de outubro de 1952. Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L1711.htm>. Acesso em: 16 dez. 2009.
- BRENNAN, Andrew. Filosofia dos séculos dezenove e vinte. In: JAMIESON, Dale. *Manual de filosofia do ambiente*. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.
- BUBLITZ, Juliana. *Forasteiros na floresta subtropical: uma história ambiental da colonização europeia no Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.
- BUCKUP, Ludwig. Como tudo começou. Fundação Zoológica do Rio Grande do Sul. *Museu de Ciências Naturais: 50 anos pesquisando a Biodiversidade Gaúcha*. Porto Alegre: 2005 (Publicações Avulsas FZB, 14).
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. *A invenção ecológica*. Porto Alegre: UFRGS, 2001.
- CATROGA, Fernando. *Caminhos do fim da história*. Coimbra: Quarteto, 2003.
- CAVALHEIRO, Edgard. Vida e obra de Monteiro Lobato. 1954. In: LOBATO, Monteiro. *Urupês*. São Paulo: 13ª edição, Brasiliense, 1966.
- CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- CORREA, Sílvio Marcus de Souza; BUBLITZ, Juliana. *Terra de promessa: uma introdução à eco-história da colonização no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, Santa Cruz do Sul, 2006.

- COSTA, Rovílio. Do religioso ao social: A igreja nas colônias italianas. Artigo apresentado no *I Fórum da Igreja católica no RS* – PUCRS. Porto Alegre, 20 a 23 de setembro de 2007. Disponível em <http://www.forumdaigrejacatolica.org.br/artigos/igreja_colonias_italianas.pdf>. Acesso em 8 fev. 2010.
- CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- DEAN, Warren. *A ferro e fogo*. A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: NUPAUB – Universidade de São Paulo, 1994.
- DREHER, Martin. Protestantismo de imigração no Brasil: sua implantação no contexto do projeto liberal-modernizador e as consequências desse projeto. In: _____ (org.). *Imigrações e história da igreja no Brasil*. Aparecida: Santuário, 1993.
- DRUMMOND, José Augusto. A legislação ambiental brasileira de 1934 a 1988: comentários de um cientista ambiental simpático ao conservacionismo. *Ambiente & Sociedade*, n. 3 e n. 4, 1998-1999, p. 127-149.
- DUARTE, Regina Horta. *História & Natureza*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- DUNCAN, Dayton, BURNS, Ken. *The National Parks: America's best idea*. New York: Random House, Inc., 2009.
- ELLEN, Roy. *Environment, subsistence and system*. The ecology of small-scale social formations. New York: Cambridge University Press, 1982.
- FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. *Proteção à natureza e Identidade Nacional no Brasil – anos 1920-1940*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.
- GUADAGNIN, Demétrio Luís, et al. Árvores e arbustos exóticos invasores no Pampa: questões ecológicas, culturais e socioeconômicas de um desafio crescente. In: PILLAR, Valério de Patta, et al. *Campos Sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2009.
- HADOT, Pierre. *O véu de Ísis: ensaio sobre a história da ideia de natureza*. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: O breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- IHERING, Rodolpho Von. *O livrinho das aves*. São Paulo: Museu Paulista, 1914.
- _____. *Da vida de nossos animais*. São Leopoldo: Editora Rotermund, 3ª edição, 1953.
- JACQUES, João Cezimbra. *Ensaio sobre os costumes do Rio Grande do Sul*: precedido de uma ligeira descrição física e de uma noção histórica. Porto Alegre: Cia. União de Seguros Gerais, 1979a.
- _____. *Assuntos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Cia. União de Seguros Gerais, 1979b.
- KOSCINSKI, Mansueto. *Reflorestamento*. São Paulo: Edições Melhoramento, 1939.
- LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, Papirus, 1986.
- LINK, Rogério Sávio. *Especialistas na Migração: Luteranos na Amazônia, o processo migratório e a formação do Sínodo da Amazônia 1967-1997*. Tese (Doutorado em Teologia). São Leopoldo: Faculdades EST/PPG, 2008.
- LOBATO, Monteiro. *A onda verde*. São Paulo: Brasiliense, 1967.
- _____. *Ideias de Jeca Tatu*. São Paulo: Globo, 2008.
- _____. *Urupês*. São Paulo: Brasiliense, 1966.
- LOURO, Guacira Lopes. Magistério de 1º Grau: um trabalho de mulher. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, vol. 14, n. 2, jul/dez 1989.
- LOVELOCK, James. *Gaia: cura para um planeta doente*. São Paulo: Cultrix, 2006.
- MALINOWSKI, Bronislaw. Objetivo, método e alcance desta pesquisa. In: GUIMARÃES, Alba Z. *Desvendando Máscaras Sociais*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.
- MARIANTE, Helio Moro. Perfil de um pioneiro. In: JACQUES, João Cezimbra. *Ensaio sobre os costumes do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Cia. União de Seguros Gerais, 1979a.
- MARTINDALE, Charles. *Reddening the text: Latin poetry and the hermeneutics of reception*. Cambridge: Cambridge UP, 1993.
- MÉNDEZ, Natalia Pietra. *Discursos e práticas do movimento feminista em Porto Alegre (1975-1982)*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, 2004.
- MEYER, Dagmar E. E. *Identidades traduzidas: cultura e docência teuto-brasileiro-evangélica no Rio Grande do Sul*. Santa Cruz do Sul/São Leopoldo: Edunisc/Sinodal, 2000.
- MOREIRA, Vânia Maria Losada. Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50. *Revista brasileira de História* [online]. 1998, vol. 18, n. 35, p. 329-360. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000100015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20 jan. 2010.
- MORSELLO, Carla. *Áreas protegidas públicas e privadas: seleção e manejo*. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2001.
- MOTTA, Márcia (org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- NAXARA, Márcia. Natureza e civilização: sensibilidades românticas em representações do Brasil no século XIX. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs). *Memória e*

- ressentimento*: indagações sobre uma questão sensível. Campinas, SP: Unicamp, 2001.
- ORLANDI, Enni Puccinelli. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4ª ed. Campinas: Pontes, 1983.
- PÁDUA, José Augusto. Herança romântica e ecologismo contemporâneo. Existe um vínculo histórico? Belo Horizonte: *Varia História*, n. 33, Janeiro de 2005.
- _____. *Um sopro de destruição*. Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- PEREIRA, Elenita Malta. *Um protetor da natureza: Trajetória e Memória de Henrique Luiz Roessler*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, 2011.
- POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003.
- RABUSKE, Arthur. Balduino Rambo: cientista e religioso. In: RAMBO, Arthur Blasio; GRÜTZMANN, Imgart; ARENDT, Isabel. *Pe. Balduino Rambo – A pluralidade na unidade*. Memória, religião, ciência e cultura. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2007.
- RADKAU, Joachim. *Nature and power: A global history of the environment*. New York/Washington D.C: Cambridge University Press/German Historical Institute, 2009.
- RAMBO, Arthur Blasio. Imigração alemã e ecologia. *Estudos leopoldenses*. São Leopoldo, Vol. 30, n. 136, mar./abril 1994, p. 71-90.
- RAMBO, Arthur Blasio. Na sombra do carvalho. In: SIDEKUM, Antônio. *As sombras do carvalho*. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2004.
- RAMBO, Balduino. *A fisionomia do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1942.
- RENNER, Anton Jacob. *Perfil, discursos e artigos (1931-1952)*. AXT, Gunter (org.). Série Perfis, n. 5. Porto Alegre: Ética Imprensa, 2003.
- RIGOTTI, Gabriela Fiorin. *A ciranda do pertencimento em “O triunfo da vontade” de Leni Riefenstahl*. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2006.
- ROCHA, Artheniza; ALMEIDA, Luiz G; MARCHIORI, José N. J.F. *De Assis Brasil* interpretações. Santa Maria: Ed. UFSM, 1995.
- RODRIGUES, Davidson de Oliveira. *Jeca Tatu e a urbe maravilhosa*. Campo, cidade e modernização nacional na obra de Monteiro Lobato (1900-1930). Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte, UFMG, 2007.
- ROESSLER, Henrique Luiz. *O Rio Grande do Sul e a ecologia – Crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul/Sema/Fepam, 2005.
- SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SEIDL, Ernesto. Escola, religião e comunidade: elementos para compreensão do catolicismo imigrante. *Pensamento Plural*. Pelotas: Editora e Gráfica da UFPEL, vol. 1, n. 3, ano II, 2008.
- SILVA, Zélia Lopes da. As percepções das elites brasileiras dos anos de 1930 sobre a natureza: das projeções simbólicas às normas para o seu uso. In: ARRUDA, Gilmar (org.). *Natureza, fronteiras e territórios: imagens e narrativas*. Londrina: Eduel, 2005.
- SKINNER, Quentin. Significado y comprensión en la historia de las ideas. *Prismas*, Revista de historia intelectual, n. 4, 2000.
- THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- WOLFF, Markus. Hermann Löns: An introduction to his life and work. *TYR: Myth, culture, tradition*. Atlanta (USA): Ultra Publishing, Volume 1, 2002.
- WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p. 198-215.
- _____. Transformações da Terra: para uma perspectiva agroecológica na história. *Ambiente & Sociedade*. Campinas, Vol. V – n. 2 – ago./dez. 2002 – Vol. VI – n. 1 – jan./jul. 2003.
- VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- VIEIRA, Alboni; GOMIDE, Ângela. História da formação de professores no Brasil: o primado das influências externas. In: *Anais do VIII Congresso nacional de educação – Educere – PUC-PR*. Curitiba, Champagnat, 2008. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/93_159.pdf>. Acesso em 8 fev. 2010.
- ZARTH, Paulo Afonso; GERHARDT, Marcos. Uma história ambiental do pampa do Rio Grande do Sul. In: FILHO, Althen Teixeira (org.). *Lavouras de destruição: a (im)posição do consenso*. Pelotas: UFPEL, 2009.

Temas dos Cadernos IHU

- Nº 01 – *O imaginário religioso do estudante da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS*
Prof. Dr. Hilário Dick
- Nº 02 – *O mundo das religiões em Canoas*
Prof. Dr. José Ivo Follmann (Coord.), MS Adevanir Aparecida Pinheiro, MS Inácio José Sphor & MS Geraldo Alzemiro Schweinberger
- Nº 03 – *O pensamento político e religioso de José Martí*
Prof. Dr. Werner Altmann
- Nº 04 – *A construção da telerrealidade: O Caso Linha Direta*
Sonia Montañó
- Nº 05 – *Pelo êxodo da sociedade salarial: a evolução do conceito de trabalho em André Gorz*
MS André Langer
- Nº 06 – *Gilberto Freyre: da Casa-Grande ao Sobrado – Gênese e dissolução do patriarcalismo escravista no Brasil: Algumas considerações*
Prof. Dr. Mário Maestri
- Nº 07 – *A Igreja Doméstica: Estratégias televisivas de construção de novas religiosidades*
Prof. Dr. Antônio Fausto Neto
- Nº 08 – *Processos midiáticos e construção de novas religiosidades. Dimensões históricas*
Prof. Dr. Pedro Gilberto Gomes
- Nº 09 – *Religiosidade midiática: Uma nova agenda pública na construção de sentidos?*
Prof. Dr. Atílio Hartmann
- Nº 10 – *O mundo das religiões em Sapucaia do Sul*
Prof. Dr. José Ivo Follmann (Coord.)
- Nº 11 – *Às margens juvenis de São Leopoldo: Dados para entender o fenômeno juvenil na região*
Prof. Dr. Hilário Dick (Coord.)
- Nº 12 – *Agricultura Familiar e Trabalho Assalariado: Estratégias de reprodução de agricultores familiares migrantes*
MS Armando Triches Enderle
- Nº 13 – *O Escravidão Colonial: A revolução Copernicana de Jacob Gorender – A Gênese, o Reconhecimento, a Deslegitimação*
Prof. Dr. Mário Maestri
- Nº 14 – *Lealdade nas Atuais Relações de Trabalho*
Lauro Antônio Lacerda d'Avila
- Nº 15 – *A Saúde e o Paradigma da Complexidade*
Naomar de Almeida Filho
- Nº 16 – *Perspectivas do diálogo em Gadamer: A questão do método*
Sérgio Ricardo Silva Gacki
- Nº 17 – *Estudando as Religiões: Aspectos da história e da identidade religiosos*
Adevanir Aparecida Pinheiro, Cleide Olsson Schneider & José Ivo Follmann (Organizadores)
- Nº 18 – *Discursos a Beira dos Sinos – A Emergência de Novos Valores na Juventude: O Caso de São Leopoldo*
Hilário Dick – Coordenador
- Nº 19 – *Imagens, Símbolos e Identidades no Espelbo de um Grupo Inter-Religioso de Diálogo*
Adevanir Aparecida Pinheiro & José Ivo Follmann (Organizadores)
- Nº 20 – *Cooperativismo de Trabalho: Avanço ou Precarização? Um Estudo de Caso*
Lucas Henrique da Luz
- N. 21 – *Educação Popular e Pós-Modernidade: Um olhar em tempos de incerteza*
Jaime José Zitkoski
- N. 22 – *A temática afrodescendente: aspectos da história da África e dos afrodescendentes no Rio Grande do Sul*
Jorge Euzébio Assumpção
Adevanir Aparecida Pinheiro & José Ivo Follmann (Orgs.)

- N. 23 – *Emergência das lideranças na Economia Solidária*
Robinson Henrique Scholz
- N. 24 – *Participação e comunicação como ações coletivas nos empreendimentos solidários*
Marina Rodrigues Martins
- N. 25 – *Repersonalização do Direito Privado e Fenomenologia Hermenêutica*
Leonardo Grison
- N. 26 – *O cooperativismo habitacional como perspectiva de transformação da sociedade: uma interlocução com o Serviço Social*
Célia Maria Teixeira Severo
- N. 27 – *O Serviço Social no Judiciário: uma experiência de redimensionamento da concepção de cidadania na perspectiva dos direitos e deveres*
Vanessa Lidiane Gomes
- N. 28 – *Responsabilidade social e impacto social: Estudo de caso exploratório sobre um projeto social na área da saúde da Unisinos*
Deise Cristina Carvalho
- N. 29 – *Ergologia e (auto)gestão: um estudo em iniciativas de trabalho associado*
Vera Regina Schmitz
- N. 30 – *Afrodscendentes em São Leopoldo: retalhos de uma história dominada*
Adevanir Aparecida Pinheiro; Letícia Pereira Maria & José Ivo Follmann
Memórias de uma São Leopoldo negra
Adevanir Aparecida Pinheiro & Letícia Pereira Maria
- N. 31 – *No Fio da Navalha: a aplicabilidade da Lei Maria da Penha no Vale dos Sinos*
Ângela Maria Pereira da Silva, Ceres Valle Machado, Elma Tereza Puntel, Fernanda Wronski, Izalmar Liziane Dorneles, Laurinda Marques Lemos Leoni, Magali Hallmann Grezzana, Maria Aparecida Cubas Pscheidt, Maria Aparecida M. de Rocha, Marilene Maia, Marleci V. Hoffmeister, Sirléi de Oliveira e Tatiana Gonçalves Lima (Orgs.)
- N. 32 – *Trabalho e subjetividade: da sociedade industrial à sociedade pós-industrial*
Cesar Sanson
- N. 33 – *Globalização missioneira: a memória entre a Europa, a Ásia e as Américas*
Ana Luísa Janeira
- N. 34 – *Mutações no mundo do trabalho: A concepção de trabalho de jovens pobres*
André Langer
- N. 35 – *“E o Verbo se fez bit”: Uma análise da experiência religiosa na internet*
Moisés Sbardelotto
- N. 36 – *Derrida e a educação: O acontecimento do impossível*
Verónica Pilar Gomezjurado Zevallos
- N. 37 – *Curar um mundo ferido: Relatório especial sobre ecologia*
Secretariado de Justiça Social e Ecologia da Companhia de Jesus



Elenita Malta Pereira é mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e, atualmente, cursa doutorado em História na mesma instituição como bolsista da Capes. Possui experiência nas áreas de biografia histórica e de história ambiental, enfocando práticas, discursos, ideias, questões étnicas, políticas e construções de memórias sobre a atuação de sujeitos pela proteção à natureza no Rio Grande do Sul e no Brasil. É membro do GT História das Ideias da Anpuh/RS.

Algumas publicações da autora

PEREIRA, Elenita Malta. “A ameaça humana: Roessler e as ideias sobre proteção à natureza no início do século XX”. In: PAREDES, Marçal; ARMANI, Carlos Henrique; ARENDT, Hugo (org.). *História das ideias, proposições, debates e perspectivas*. Santa Cruz do Sul: Edu-nisc, 2011.

_____. “Henrique Luiz Roessler, um protetor da natureza”. In: *Revista IHU On-Line*, ano 11, n. 380, São Leopoldo, 2011.

_____. “‘Defendamos a natureza!’: A retórica de Henrique Luiz Roessler”. In: *Veredas da História*, Rio de Janeiro, ano III, edição 2, 2011. Disponível em: <<http://www.veredasdahistoria.com/>>.

_____. “Roessler e a proteção dos rios no Rio Grande do Sul”. *Histórica* (Revista do Arquivo Público de São Paulo), São Paulo, vol. 47, abril de 2011. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao47/materia02/>>.

_____. “A árvore da avenida João Pessoa e a Operação Hermenegildo: dois episódios de resistência do movimento ambientalista gaúcho (1975-1978)”. In: PESSI, Bruno Stelmach; TESSELER, Fani A. (org.). *VII Mostra de Pesquisa do APERS: Produzindo história a partir de fontes primárias*. Porto Alegre: Corag, 2009.

_____. Os panfletos da campanha educativa da União Protetora da Natureza (1955-1963). *Métis* (UCS), Caxias do Sul, vol. 7, n. 14, 2008.